DEFESA CIVIL

2026

PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL

PARA SITUAÇÕES DE RISCO E DESASTRES

VERSÃO - 01

Defesa Civil - Plano de Contingência 2026 - Cláudia - MT


DEFESA CIVIL
CLAUDIA

“Defesa Civil somos todos nós!”

PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL

PARA SITUAÇÕES DE RISCO E DESASTRES

VERSÃO - 01

JULHO - 2026

Coordenação Geral

Prefeito

Marcos Fernando Feldhaus

Secretário Adjunto de Proteção e Defesa Civil

Marcelo Augusto Reveles Carvalho - Cel BM

Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil

Valdenice Galelli

Equipe Técnica

Coordenador de Prevenção e Mitigação
José Bruno de Souza Filho - 2° TEN BM

Coordenador de Operações
João Keney da Silva Felisberto - 2° Sgt BM

Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil
Valdenice Galelli

Gerente de Resposta

Equipe Técnica

Jaime Douglas Pereira de Souza - 2° Sgt BM

Gerente de Recuperação

Felipe Matias de Brum Carvalho - Cb BM

Gerente de Preparação

Jean Carlos Arruda Pazim - 2° Sgt BM

Assessor Técnico

Edivaldo Dorneles

Assessor Técnico

Ian Felipe Cabral

Equipe de Apoio Técnico

Fernando Duarte Santana
Coronel BM Comandante do 3°CRBM

Flávio Gonsalves da Silva - Major PM
Pelotão de Polícia Militar (PelPM) - Cláudia/MT

Delegado Lucas Perreira Santos
Polícia Civil do Estado de Mato Grosso

Dayane Aparecida Pereira da Silva
Coordenadora Regional - Aegea

Equipe de Apoio Técnico

Romério Braz
Energisa Mato Grosso

Rafael Branco
Responsável Técnico/Segurança de Barragem

Antonio Roberto Dalmaso - Presidente
Câmara Municipal de Vereadores

Fernando José Anderle - Vice Prefeito
Prefeitura Municipal de Cláudia

Equipe de Apoio Técnico

Rodrigo Nicaretta

Secretaria de Administração

Simone Sokolowiski

Secretaria Municipal de Assistencia Social

Aleson Sokoloviski

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Ricardo Yotzchetz Juniorl

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Equipe de Apoio Técnico

Altamir Kurten

Secretario Municipal de obras

Marileide de Lourdes Zandarin Vilella Magalhães

Secretaria Municipal de Saúde

Everson Cézar Konzen

Presidente do Conseg

Nilton Cezar Junior de Assunção

Secretario Municipal de Educação

SUMÁRIO

1. Introdução 09

2. Fundamentos 10

3. Caracterização do Município 11

3.1 Dados 12

3.2 Clima 13

3.3 Hidrografia 16

3.4 Relevo 18

4. Metodologia 19

5. Percepção de risco: a decisão de construir um plano de contingência 21

6. A constituição de um grupo de trabalho 22

6.1 2ª Reunião do grupo de trabalho 23

7. Análise do cenário de risco e cadastro de capacidades 24

7.1 Risco de Vendaval 25

7.2 Risco de Incendio Florestal 36

7.3 Risco de Rompimento de Barragem 45

8. Fluxograma para o acionamento do PLANCON 50

9. Acionamento do Plano de Chamada 52

10. Acionamento dos Recursos 53

11. Recursos disponíveis no local 53

11.1 Corpo de Bombeiros - 9ª CIBM 54

11.2 Núcleo de Polícia Militar 55

11.3 Polícia Judiciaria Civil 56

11.4 Grupo Energisa 57

11.5 Departamento de Água e Esgoto - DAE 58

11.6 Secretaria Municipal de Infraestrutura 59

11.7 Secretaria Municipal de Saúde 60

11.8 Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente 61

12. Responsabilidades e Competências da COMPDEC 64

12.1 Estratégia Operacional de Resposta 65 65

12.2 Restabeleciomento dos serviços essenciais 67 67

13. Aprovação do Plano de Contingência 68

14. Divulgação do Plano de Contingência 70

15. Operacionalização 71

16. Revisão 72

17. Referências 73

ANEXO II: Abrigos Temporários 74

ANEXO III: Números de Emergência 76

ANEXO IV: Leitos em Hospitais 77

ANEXO VI: Guia de sobrevivência: Orientações a população 78

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON) de Cláudia/MT é o documento que organiza as ações do município para enfrentar situações de emergência e desastres. Ele estabelece as responsabilidades de cada órgão nas tarefas de alerta, socorro, assistência às vítimas e recuperação da cidade, com o objetivo principal de salvar vidas e reduzir prejuízos.

Este plano segue as orientações das Leis Federais nº 12.608/2012 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC) e nº 12.983/2014. Essas normas determinam que a União, os Estados e os Municípios devem trabalhar de forma conjunta para prevenir riscos e responder a desastres. De acordo com a legislação, o Município deve elaborar seu próprio plano de contingência considerando as características e os riscos específicos da sua região, enquanto o Estado oferece o apoio técnico necessário.

Na gestão de Defesa Civil, o trabalho é dividido em três eixos principais:

Prevenção: ações para impedir que o desastre aconteça; Mitigação: medidas para diminuir os impactos de um risco existente; Preparação: etapa em que este PLANCON se aplica.

O Plano de Contingência entra em ação quando o risco não pode ser totalmente evitado. Como existe a possibilidade de o desastre ocorrer, o documento detalha como os órgãos e a população devem agir. Ter esse planejamento prévio é fundamental para que a resposta seja rápida e organizada, evitando falhas de comunicação no momento da crise.

Este documento foi aprovado pelas instituições e autoridades que constam na página de assinaturas. Ao assinarem, elas assumem o compromisso de atuar dentro de suas funções e de manter as condições necessárias para que este plano seja cumprido com eficiência sempre que a segurança da população de Cláudia estiver em risco.

2. FUNDAMENTOS

A elaboração de planos de contingência no âmbito da gestão de riscos e desastres encontra respaldo na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Essa legislação estabelece diretrizes para a atuação coordenada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação frente a desastres. Em especial, a lei atribui de forma clara aos entes federativos a responsabilidade pela formulação de instrumentos que visem à redução de riscos e à preparação para emergências. Compete aos Municípios, conforme disposto no artigo 8º, entre suas atribuições, a elaboração de planos municipais de contingência e de prevenção de desastres, considerando as peculiaridades locais e a articulação com os demais níveis de governo. No que se refere aos Estados, no artigo 7º, compete entre outras atribuições: IV – Apoiar, sempre que necessário, os Municípios no levantamento das áreas de risco, na elaboração dos Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil e na divulgação de protocolos de prevenção e alerta e de ações emergenciais. Na gestão de risco existem três pilares fundamentais estruturam as ações desenvolvidas: prevenção, mitigação e preparação. Na prevenção o objetivo pretendido é eliminar o risco, criando mecanismos para que o desastre não ocorra. Na mitigação, entende-se que é impossível eliminar o risco completamente, desta forma são adotadas medidas para diminuir as chances de sua ocorrência. O plano de contingência está inserido no terceiro eixo da gestão de riscos: a preparação. Nesta fase, o risco que não foi eliminado completamente na prevenção e que pode ter passado ou não por um processo de mitigação, agora deve ser encarado como uma possibilidade de ocorrência de desastre. Já que existe a chance do desastre ocorrer, que ele esteja previsto em um plano de contingência, detalhando como uma população vulnerável se comportará diante desse cenário. Portanto, a fundamentação legal da atuação municipal e estadual na elaboração desses planos encontra-se solidamente ancorada na Lei nº 12.608/2012, reforçando a importância do planejamento prévio e da integração das ações no âmbito da Defesa Civil.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A criação da cidade, que pertencia a uma região conhecida como Gleba Celeste, foi obra de uma política de colonização privada, por meio da Colonizadora Sinop S.A. Empresa dos empresários Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho, foi encarregada de construir infraestrutura básica para seus moradores, bem como promover a propaganda necessária para trazer novos migrantes para região. O Colonizador Ênio Pepino preocupou-se em nomear o loteamento da Gleba Celeste, as cidades, estradas, córregos, ribeirões com nome de mulheres com a intenção em homenageá-las, pois as mulheres dentro da pureza de sua criação são fontes de vitalidade na organização do bem familiar, contribuem, dão significados e tornam possível a visão de um futuro de paz e progresso, dai surgiu o nome da cidade. As primeiras famílias que chegaram na década de 70, na sua maioria de origem italiano e grande parte do Rio Grande do Sul e Paraná, acreditaram nas propagandas feitas pela Colonizadora Sinop S.A. e trouxeram consigo sonhos de adquirir mais terras e cultivar café, plantar mandioca para a Sinop Os irmãos Maldonados Sr. Antônio Arambul Maldonado, Osvaldo Maldonado e Raul Maldonado foram os primeiros moradores, o sonho destes irmãos era trabalhar na extração da madeira, instalaram a 1ª Madeireira que foi denominada pela família MADEIREIRA CLÁUDIA, muitas casas foram construídas com a madeira serrada por eles. Na década de 80, inúmeras madeireiras se instalaram em Cláudia-MT. Dentre elas, a Madeireira e Laminadora Canozo foi a que gerou mais empregos naquela década. Iniciou suas atividades na cidade de Cláudia-MT, tendo como proprietários da empresa o Sr. Augusto Canozo e seus filhos, Martinho Luiz Canozo e Augusto Cézar Canozo. Os irmãos tinham experiência na extração e comércio de madeira, pois já trabalhavam antes com o setor madeireiro, na cidade de Catanduva-SP. Vieram para Cláudia-MT em abril de 1980 Até alcançar a sua emancipação política administrativa, Cláudia-MT era administrada por uma subprefeitura, vinculada ao Município de Sinop-MT. Valmir Roque Anderle foi nomeado subprefeito pelo Prefeito de Sinop Sr. Geraldino Dalmaso, e atuava buscando soluções para os problemas existentes. Foi necessário realizar um plebiscito com a comunidade, que teve expressiva votação a favor da emancipação do Município, culminado finalmente na oficialização da criação do Município de Cláudia através da Lei nº 5319, de 04 de julho de 1988, sancionada pelo Governador Carlos Bezerra. As eleições municipais foram realizadas no dia 15 de Novembro de 1988, juntamente com o restante do país; e, a comunidade de Cláudia elegeu, para primeira gestão 1989/1992 o Prefeito Sr. José Augusto Formigoni, Vice-Prefeito Acassio Guzzo.

3.1 DADOS · TERRITÓRIO E AMBIENTE

Território e Ambiente

Fonte: IBGE (2025)

Código: 5103056

Prefeito Marcos Fernando Feldhaus

População estimada (2025) 9.301 pessoas

População no último censo (2022) 9.593 pessoas

Densidade demográfica Censo: 2022 2,50 hab/km²

Área Territorial (2025) 3.843.562 km²

Macrorregião Norte Mato Grossense

Bioma Amazônia

Escolarização 6 a 14 anos (2022) 98,32%

IDHM (2010) 0,699

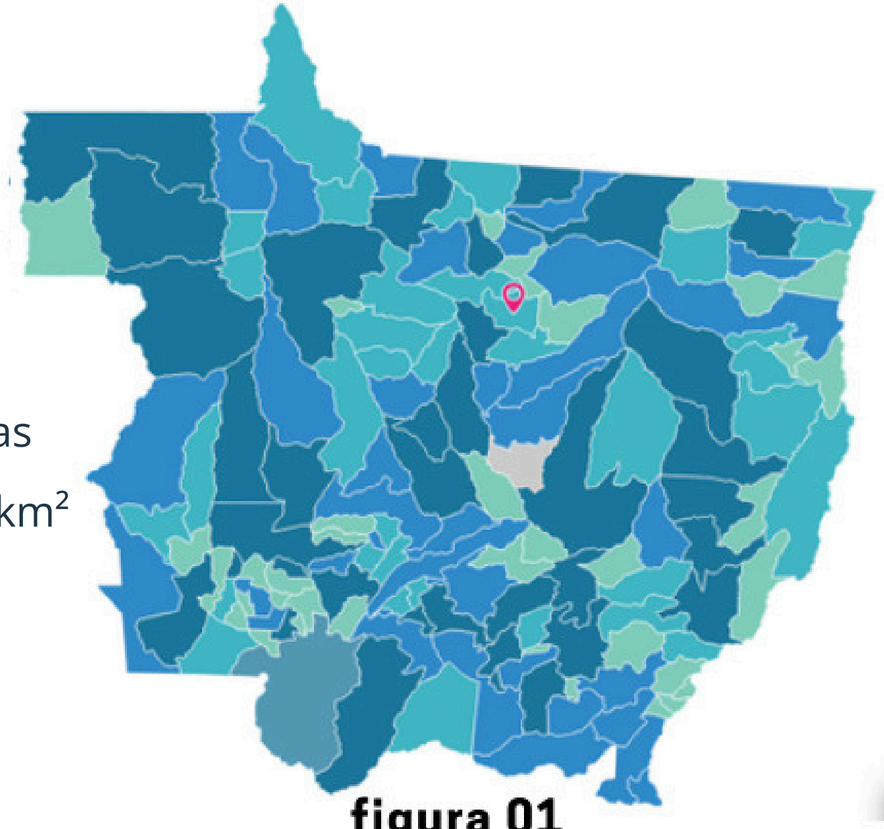


figura 01

dades.ibge.gov.br/brasil/mt/claudia/panora



Mapa da Cidade de Claudia IBGE (2025)
figura 02

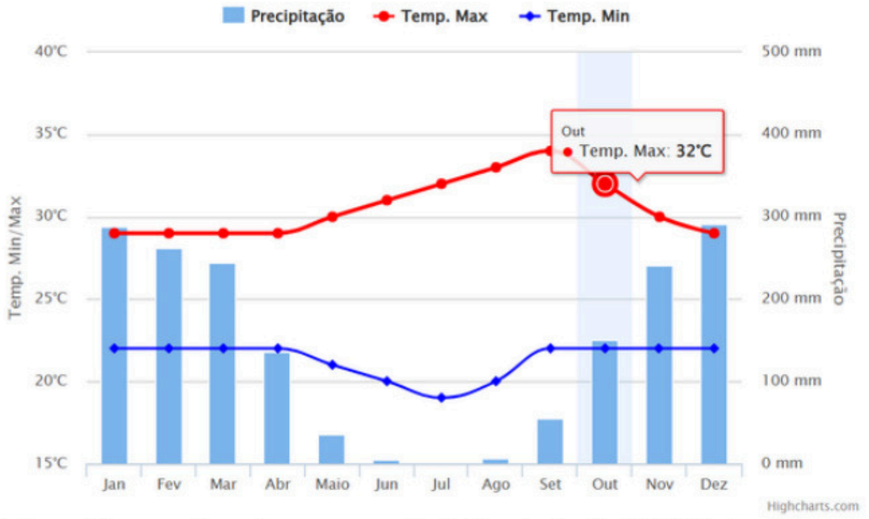
3.2 CLIMA

O município de Cláudia, localizado no Norte do Estado de Mato Grosso, apresenta clima tropical quente e subúmido, caracterizado por temperaturas elevadas ao longo de todo o ano e pela presença de duas estações bem definidas: um período seco, que ocorre predominantemente no outono-inverno, e um período chuvoso, concentrado na primavera-verão. Essa dinâmica sazonal é típica das regiões de clima tropical do Centro-Oeste brasileiro, nas quais as amplitudes térmicas diárias são marcantes e as variações anuais são relativamente reduzidas.

3.2.1 Temperatura

Temperatura: Médias anuais altas, com mínimas por volta de 18°C a 22°C e máximas que frequentemente ultrapassam 35°C. Chuva: O volume anual de precipitação é elevado, concentrado nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, quando os acumulados mensais passam de 200 mm. Estação Seca: Os meses de inverno (junho, julho e agosto) registram baixos índices de chuva e queda na umidade do ar.

Dados Mensais Médios Verão (Chuvoso e Quente): Meses como janeiro e fevereiro registram médias de temperatura máxima perto de 29°C a 34°C e chuvas acima de 250 mm. Inverno (Seco e Amigável): Meses como julho e agosto apresentam dias firmes, predomínio de sol e chuvas próximas de zero



https://www.climatempo.com.br/climatologia/5029/claudia-mt

figura 03

3.2 CLIMA

3.2.2 Tipos de Clima

Tipo Climático: Clima tropical úmido com estação seca bem definida, ocorrendo geralmente nos meses de outono e inverno (de maio a setembro). Regime de Chuvas: O verão concentra o maior volume de chuvas da região, enquanto o inverno apresenta baixa precipitação ou períodos secos prolongados. A média anual de chuva fica em torno de 2.064 mm.

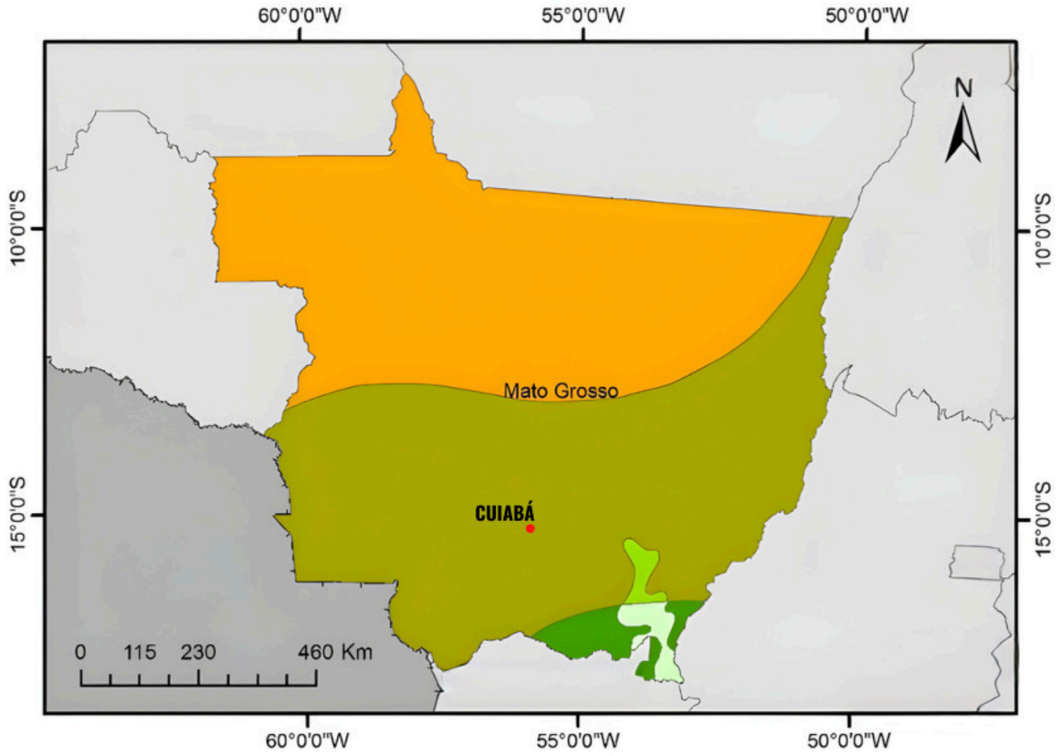


figura 04

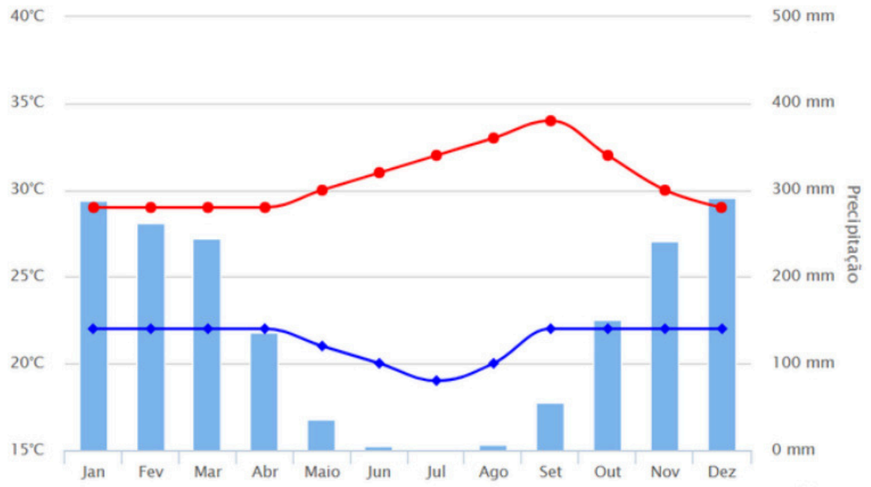
3.2 CLIMA

3.2.3 Índice Pluviométrico

O município de Cláudia (MT) tem uma pluviosidade média anual de aproximadamente 2.064 mm. O clima da região é tropical caracterizado por um verão chuvoso e um inverno seco.

Distribuição das Chuvas Período chuvoso (Verão/Outono): Concentra os maiores volumes, com médias mensais que frequentemente ultrapassam 200 mm a 280 mm entre janeiro e março. Período seco (Inverno): Os meses de inverno registram índices mínimos de chuva, com médias próximas a zero ou poucos milímetros (por exemplo, em agosto a média histórica é de cerca de 6 mm).

Essa variação sazonal acentuada condiciona processos ambientais e socioeconômicos, como a disponibilidade hídrica, o planejamento agrícola, o manejo de áreas rurais e os riscos associados a eventos extremos — principalmente estiagens prolongadas e episódios de chuva intensa no início da estação úmida.



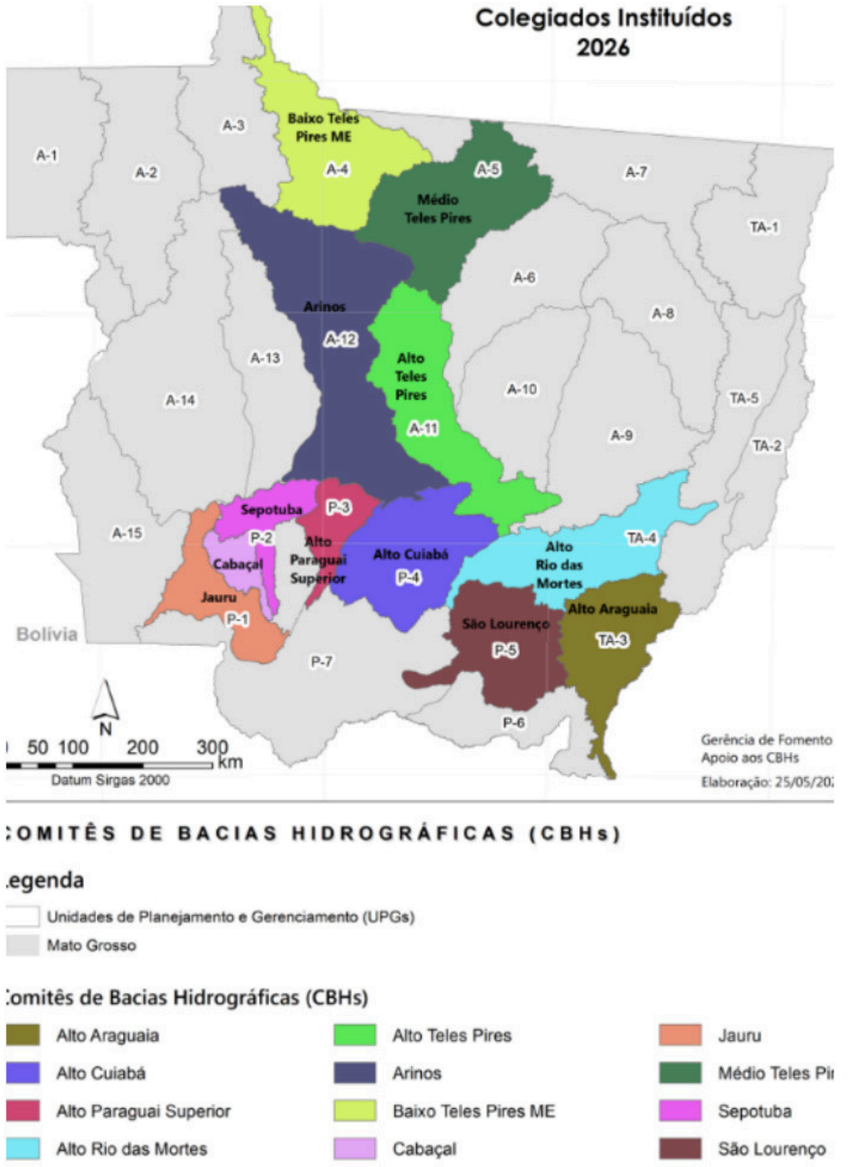
https://www.climatempo.com.br/climatologia/5029/claudia-mt

figura 05

3.3 HIDROGRAFIA

A hidrografia do município de Cláudia, MT, é caracterizada por estar inserida na Região Hidrográfica Amazônica, com rios como o Tartaruga, Azul e Renato, que têm uma porção significativa de seu percurso no território do município. A principal fonte de abastecimento de água são os aquíferos subterrâneos, que são classificados como não vulneráveis. Principais rios: · Rio Tartaruga: Com cerca de 13,76% do seu curso total dentro do município de Cláudia. · Rio Azul: Contém aproximadamente 12,46% de seu percurso no município. · Rio Renato: Com 11,66% de seu curso no território municipal. Mananciais de água: · A água para abastecimento do município provém de fontes subterrâneas. · Esses mananciais são classificados como Não Vulneráveis, indicando uma menor suscetibilidade à contaminação ou degradação. Outras características: · O município também pode apresentar elementos como cursos d'água intermitentes, lagos e lagoas intermitentes, áreas alagáveis, brejos e pântanos. · Há também a presença de nascentes e outros elementos de relevo e água.

HIDROGRAFIA · MAPA DE BACIAS



https://www.sema.mt.gov.br/site/index.php/unidades-administrativas/rec hidricos/comit%C3%AAs-de-bacias-hidrogr%C3%A1ficas seu parágrafo

figura 06

3.4 RELEVO

O município de Cláudia, localizado no estado de Mato Grosso, apresenta características geomorfológicas típicas da região centro-sul do estado. O relevo municipal está inserido na área da Depressão do Rio Paraguai, associado à calha do Rio São Lourenço,
o que resulta na predominância de terrenos suavemente ondulados, com extensas áreas planas e presença de colinas de baixa amplitude altimétrica, características comuns em áreas de deposição sedimentar (PORTAL MATO GROSSO, 2017, adaptado).

A altitude média do território municipal situa-se em torno de aproximadamente 264 metros acima do nível do mar, com variações altimétricas que podem oscilar entre cerca de 213 metros e 668 metros, conforme indicam dados cartográficos e modelos digitais de elevação da região (TOPOGRAPHIC-MAP, 2023).

Essa variação de altitude forma um relevo composto principalmente por planícies, colinas suaves e depressões, características comuns nas áreas próximas às bacias hidrográficas. O relevo está diretamente relacionado à Bacia do Prata, uma das maiores bacias hidrográficas da América do Sul, responsável pela drenagem regional e pela formação de cursos d’água importantes para o município. (PORTAL MATO GROSSO, 2017)

Geologicamente, a área está inserida na sub-bacia ocidental da Bacia do Paraná, formada por coberturas sedimentares do período Fanerozoico. Essas formações geológicas influenciam a composição dos solos e o formato do relevo local, favorecendo áreas de relevo mais suavizado e solos adequados para atividades agropecuárias.

Além disso, o relevo do município exerce influência direta sobre os processos naturais, como drenagem superficial, erosão e ocupação
humana. Regiões mais baixas estão associadas aos cursos d’água e áreas de maior umidade, enquanto as partes levemente elevadas favorecem o desenvolvimento urbano e atividades agrícolas.

Dessa forma, o relevo de Cláudia pode ser caracterizado como predominantemente suave e pouco acidentado, com pequenas variações de altitude e forte relação com os sistemas hidrográficos da região, fator que influencia diretamente o uso do solo, a agricultura e a dinâmica ambiental do município.

4. METODOLOGIA

Para a elaboração do Plano de Contingência do Município de Cláudia – MT foram realizadas reuniões técnicas e encontros de alinhamento entre a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, órgãos da administração pública municipal e Estadual, instituições parceiras e representantes de setores estratégicos do município.

Durante o processo de construção do plano, os órgãos participantes foram organizados conforme suas atribuições e competências institucionais, considerando as principais áreas de atuação nas ações
de gestão de desastres, sendo estas: ações de socorro, assistência humanitária à população afetada e restabelecimento dos serviços essenciais. Essa organização permite a definição clara de responsabilidades, fluxos de comunicação e procedimentos operacionais a serem adotados em situações de emergência ou desastre

O principal objetivo deste plano é estabelecer diretrizes e procedimentos que orientem a atuação integrada dos órgãos envolvidos, garantindo que cada instituição exerça suas atribuições conforme suas competências legais. Dessa forma, busca-se assegurar a organização, a eficiência e a agilidade das ações de resposta em situações de emergência ou desastre no município.

Com o intuito de fortalecer a capacidade de resposta e aprimorar a articulação entre os órgãos participantes, está prevista a realização periódica de exercícios simulados e atividades de capacitação, seguindo os protocolos definidos neste plano. Essas atividades permitem avaliar os procedimentos estabelecidos, identificar possíveis melhorias e aperfeiçoar as estratégias de atuação diante de eventos adversos.

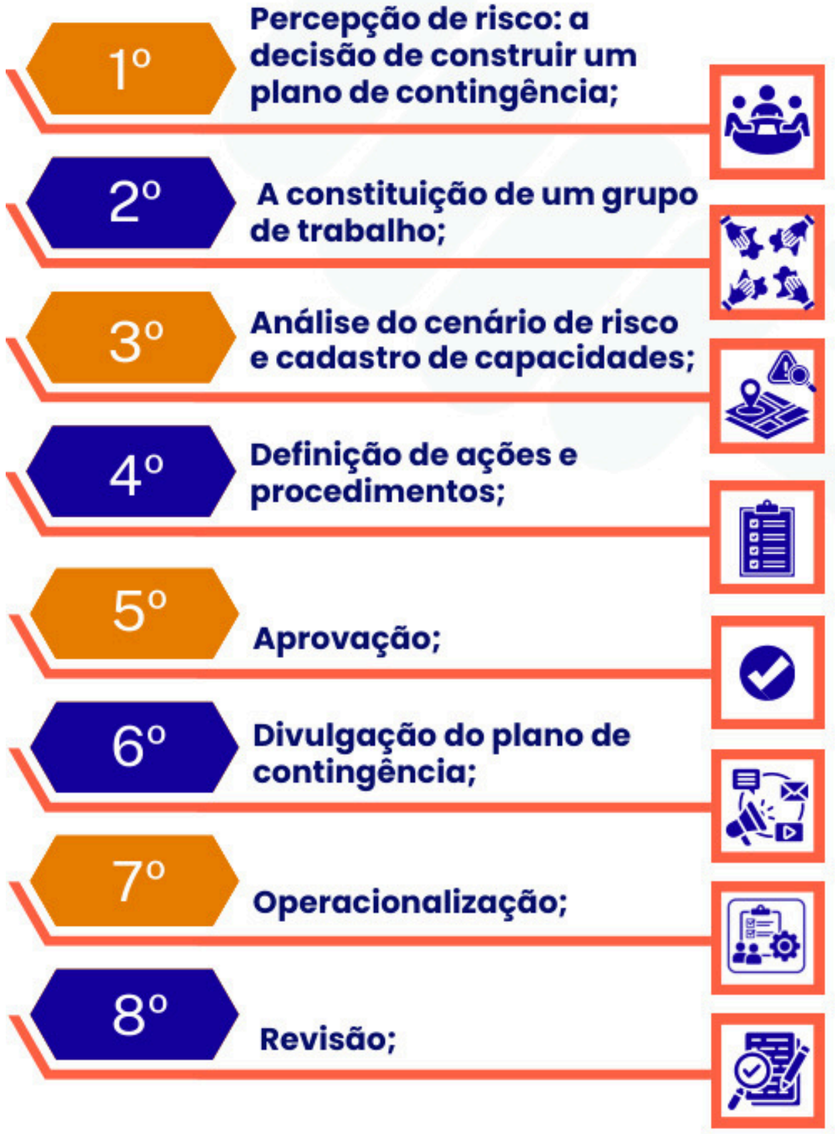
A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Claúdia atua de forma integrada com os demais órgãos municipais, bem como com instituições estaduais e federais, além de entidades que colaboram com ações de prevenção, mitigação e resposta a desastres. Essa integração institucional possibilita uma atuação coordenada e eficiente, promovendo a soma de esforços na proteção da população e na redução dos impactos causados por eventos adversos. As ações previstas neste plano possuem caráter contínuo, permanente e cíclico, sendo objeto de revisões e atualizações periódicas, de modo a acompanhar as mudanças no cenário municipal, aprimorar os procedimentos operacionais e incorporar novas informações e experiências adquiridas ao longo do tempo.

4. METODOLOGIA

Os registros de ocorrências de desastres e situações de emergência serão devidamente documentados e arquivados, servindo como base para estudos, avaliações e aperfeiçoamento do planejamento municipal de proteção e defesa civil.

O Plano de Contingência de Cláudia – MT foi elaborado a partir da análise de levantamentos, avaliações de risco e mapeamentos de áreas suscetíveis a desastres, considerados mais prováveis no município, realizados pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil com apoio técnico da Defesa Civil do Estado de Mato Grosso.

A elaboração deste PLANCON seguiu as orientações metodológicas recomendadas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por meio do Livro Base para Elaboração de Plano de Contingência (SEDEC/MI, 2017), que estabelece as diretrizes para organização, planejamento e execução das ações de preparação e resposta a desastres no âmbito municipal. De acordo com o livro base o Plano de Contingência Municipal deve ser elaborado seguindo os passos:



5. PERCEPÇÃO DE RISCO: A DECISÃO DE CONSTRUIR UM PLANO DE CONTINGÊNCIA

O município de Cláudia-MT apresenta vulnerabilidades ambientais que demandam atenção contínua no âmbito da gestão de riscos e desastres. Embora não registre histórico de desastres de grande magnitude, enfrenta ocorrências recorrentes de incêndios florestais, vendavais contando também com impacto da UHE Sinop. O risco tecnologico associado ao eventual rompimento da barragem UHE Sinop, no Rio Teles Pires, objeto do Plano de Ação de Emergencia (PAE) do empreendedor.

No estudo da area urbana, nosso municipio não apresenta areas de risco como deslizamentos de solo, inundações e alagamentos. Embora menos recorrentes temos os fenômenos climáticos vendavais, Tempestades e Granizo não são descartados, considerando a imprevisibilidade dos fatores naturais e suas possíveis interações com ações antrópicas. Nesse contexto, torna-se fundamental o fortalecimento das ações de monitoramento, prevenção, planejamento e intervenção por parte do poder público, visando à redução de riscos e à proteção da população.

6. A CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO

Foi realizada, no município de Cláudia, a primeira Reunião de Elaboração do Plano de Contingência Municipal (PLANCON), com o propósito de dar início ao processo de construção deste importante instrumento de planejamento e gestão de riscos no município.

O encontro aconteceu na Câmara Municipal de Cláudia, na terça-feira, 21 de julho de 2026, às 09h, reunindo representantes de instituições públicas e setores estratégicos da administração municipal.

A coordenação dos trabalhos ficou sob responsabilidade da Defesa Civil Municipal, com o apoio da Defesa Civil Estadual, que destacaram a importância da atuação integrada entre os diversos órgãos da administração pública, forças de segurança, saúde, assistência social, meio ambiente e demais entidades da sociedade civil.



Figura 07. Fonte COMPDEC



Figura 08. Fonte COMPDEC



Figura 09. Fonte COMPDEC

6.1 2ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO

Dando continuidade ao processo de construção do Plano de Contingência Municipal (PLANCON) de Cláudia – MT, foi realizada a 2ª Reunião do Grupo de Trabalho, reunindo os representantes das instituições previamente indicadas para compor a equipe responsável pela elaboração do plano. O encontro ocorreu na quarta-feira, 26 de agosto de 2026, às 08 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Cláudia – MT. Nesta etapa, o encontro teve como objetivo principal a definição e discussão das atribuições e responsabilidades de cada órgão e instituição integrante, considerando as competências e áreas de atuação de cada setor envolvido no planejamento. Durante a reunião, foram debatidas as responsabilidades relacionadas às fases de prevenção, preparação, resposta e recuperação, buscando organizar de forma clara o papel de cada instituição no atendimento a possíveis situações de emergência e desastres no município. A atividade foi conduzida pela Defesa Civil Municipal, que reforçou a importância da integração entre os diversos órgãos da administração pública e demais instituições participantes, destacando que a definição dessas responsabilidades é fundamental para garantir maior eficiência, agilidade e coordenação nas ações previstas no Plano de Contingência. A reunião representou mais um avanço no processo de elaboração do PLANCON, contribuindo para a consolidação de um planejamento estruturado, participativo e alinhado à realidade do município.



Figura 10. Fonte SUPDEC



Figura 11. Fonte SUPDEC



Figura 12. Fonte SUPDEC



Figura 13. Fonte SUPDEC

7. ANÁLISE DO CENÁRIO DE RISCO E CADASTRO DE CAPACIDADES

A caracterização de cenários de risco foi baseada em uma combinação de dados técnicos, evidências históricas, características socioambientais locais e capacidade institucional de resposta, garantindo que o plano seja realista, eficaz e centrado nas necessidades do território. A partir disso e das discussões realizadas pelo grupo de trabalho, foram elencados os seguintes cenários de risco:

- Risco de vendaval

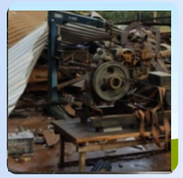

Figura 14


Figura 15


Figura 16


7Figura 17

- Risco de Incêndios Florestais;


Figura 18


Figura 19


Figura 20


Figura 21

- Rompimento de Barragem da UHE Sinop



Figura 22


Figura 23


Figura 24


Figura 25

***Imagens meramente ilustrativas**

7.1 VENDAVAL



SETOR DE RISCO

Localidade Município

Descrição O município de Cláudia, embora os vendavais não sejam frequentes, está sujeito a desastres decorrentes desse fenômemo.

Embora seja comum associar os vendavais apenas às regiões litorâneas ou ao sul do país, a dinâmica climática do Centro-Oeste brasileiro torna o município de Cláudia (MT) e toda a região norte do estado vulnerável a episódios de ventos destrutivos e tempestades severas. A atenção das autoridades municipais para este cenário não é uma questão de alarme infundado, mas de prevenção estratégica, gestão de risco e salvaguarda da população.

Por que vendavais acontecem em Cláudia e exigem atenção?
A Física das Tempestades Tropicais: Durante a transição do período
seco para o chuvoso, o encontro do calor extremo acumulado no solo com frentes de umidade gera nuvens de tempestade de grande desenvolvimento vertical. Esse fenômeno provoca as chamadas linhas de instabilidade e rajadas de vento descendentes,
que podem ultrapassar facilmente os 80 km/h a 100 km/h em questão de minutos, atingindo o topo de árvores, lavouras e zonas urbanas sem grande aviso prévio. Vulnerabilidade da Infraestrutura e Arborização: A zona urbana e rural de Cláudia possui áreas com fiação elétrica aérea exposta, cobertura vegetal densa e construções que utilizam telhados leves ou estruturas metálicas. Sem um plano contínuo de poda preventiva e fiscalização estrutural, rajadas súbitas resultam em queda de árvores de grande porte, interrupção de energia elétrica, desabastecimento de água e destelhamento de residências e comércios. Impacto Socioeconômico e Saúde Pública: Em um evento extremo, famílias de menor renda costumam ser as mais atingidas, perdendo bens, moradia e ficando vulneráveis a acidentes graves. Sem a atuação prévia do município, a resposta pós- desastre torna-se infinitamente mais cara, lenta e traumática do que o investimento em prevenção.

A prevenção contra vendavais não evita que o vento sopre, mas garante que a cidade e seus cidadãos permaneçam de pé quando a tempestade passar. Planejar e estruturar a Defesa Civil de Cláudia é proteger vidas, o patrimônio público e a economia local.

VENDAVAIS EM CLÁUDIA



Figura 26



Figura 27

RISCO DE VENDAVAL



Figura 28



Figura 29

DETECÇÃO, AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS EMERGÊNCIAS

Cenário de Risco: Vendaval

Nível de Resposta	Condição / Situação	Plano
Normal	Período de estiagem, sem previsão de chuvas com grande volume.	Atualização do mapeamento das áreas de risco no município. Campanhas educativas e orientativas sobre as áreas de risco. Ações de manutenção de cursos hídricos e canais de drenagem. Simulados com populações residentes em áreas de risco previstas no PLANCON. Providenciar moradias seguras para a retirada definitiva de moradores de áreas de risco.
Atenção	Período chuvoso, com alertas replicados pela Defesa Civil Estadual com risco moderado e risco alto	Replicar os alertas nas mídias disponíveis do município; Monitorar pluviômetros do município. Monitorar as áreas suscetíveis à ocorrência de desastres hidrológicos através das câmeras de monitoramento.
Alerta	Período chuvoso, com alertas replicados pela Defesa Civil Estadual com risco muito alto e registros de ocorrências de alagamentos, inundações ou enxurradas	Replicar os alertas nas mídias disponíveis do município; Monitorar pluviômetros do município. Monitorar as áreas suscetíveis à ocorrência de desastres hidrológicos através das câmeras de monitoramento. Realizar o registro no S2ID. Acompanhar as ações de socorro dos órgãos competentes. Evacuar as pessoas das áreas de risco, caso haja necessidade.
Emergência	Período chuvoso, com alertas replicados pela Defesa Civil Estadual com risco muito alto e registros de ocorrências de alagamentos, inundações ou enxurradas com necessidade de socorro de pessoas em situação de risco.	Replicar os alertas nas mídias disponíveis do município; Acionar os órgãos de resposta presentes no município para socorros de urgência e resgate de pessoas. Propor a instalação de gabinete de crise para gerenciamento do desastre; Realizar registro no S2ID e verificar a necessidade de decretar situação de emergência ou estado de calamidade pública; Evacuar as pessoas e providenciar abrigos temporários; Realizar registro no S2ID da ocorrência do desastre e avaliar a necessidade de decretar situação de emergência e aporte de recursos do estado, da União ou de ambos os entes federativos

AÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES EM CASO DE DESASTRE POR VENDAVAL

ORGÃO	AÇÃO
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL MUNICIPAL	Acionar as outras instituições do PLANCON que tenham competência na situação elencada; Gerenciar o desastre em nível local; Instalar um gabinete de crise, caso necessário, para que todas as instituições presentes no município possam trabalhar de forma mais ordenada; Verificar a necessidade de evacuação nas áreas atingidas; Coordenar os abrigos temporários pré-definidos na elaboração do PLANCON; Realizar o levantamento de danos e afetados para preenchimento no S2ID; Assessorar o prefeito sobre a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, e, quando for o caso, solicitar recursos para ajuda humanitária, restabelecimento e reconstrução; Manter monitoramentos das condições climáticas; Convocar os voluntários de proteção e defesa civil, caso haja necessidade de apoio nas ações de logística;
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	Realizar salvamentos de vítimas isoladas em razão das chuvas; Realizar busca de desaparecidos; Realizar salvamento aquático em áreas inundadas. Realizar a evacuação de pessoas das áreas atingidas; Realizar remoção e transporte de feridos; Prestar primeiros socorros às vítimas. Atuar em desabamentos estruturais decorrentes do evento. Participar da distribuição de itens de ajuda humanitária; Apoiar no gerenciamento de abrigos; Apoiar no gerenciamento do desastre. Apoiar na evacuação preventiva determinada pela Defesa Civil. Atuar de forma integrada com Polícia Militar, Polícia Civil, Saúde e Assistência Social.
POLÍCIA CIVIL	Registrar boletins de ocorrência relacionados ao desastre. Apoio na identificação de vítimas fatais. Instaurar procedimento policial quando houver: óbitos, lesões corporais graves, desaparecimentos, crimes contra o patrimônio ou condutas negligentes que tenham agravado a situação. Atuar na investigação de: saques, invasões em áreas evacuadas, estelionatos envolvendo doações, exploração abusiva de preços. Articular com a perícia oficial quando necessário. Registrar e acompanhar casos de pessoas desaparecidas.

AÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES EM CASO DE VENDAVAL

ORGÃO	AÇÃO
POLÍCIA MILITAR	Controlar o tráfego em vias alagadas ou interditadas. Realizar isolamento e interdição de áreas de risco. Intensificar o patrulhamento ostensivo em áreas evacuadas, áreas atingidas e nos abrigos temporários, para prevenir: saques, invasões, furtos e vandalismo. Auxiliar no resgate de pessoas das áreas atingidas; Apoiar na evacuação preventiva ou emergencial da população. Auxiliar na organização de abrigos provisórios, garantindo segurança. Manter comunicação direta com a Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil. Apoiar na segurança durante distribuição de donativos.
DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	Disponibilizar caminhão-pipa para abastecimento emergencial; Fornecer veículos para logística; Apoiar com maquinário o restabelecimento de vias e acessos. Monitorar a captação, tratamento e distribuição de água durante o evento. Avaliar riscos de contaminação da água em razão de alagamentos. Suspender preventivamente o abastecimento em áreas contaminadas ou sob risco sanitário. Realizar análises emergenciais da qualidade da água. Comunicar imediatamente à Defesa Civil e à Secretaria de Saúde qualquer alteração na potabilidade. Executar reparos emergenciais em redes de distribuição danificadas. Apoiar o fornecimento de água potável para abrigos provisórios.
CÂMARA DE VEREADORES	Apreciar e deliberar, em regime de urgência, projetos de lei relacionados à Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. Apoiar institucionalmente as ações do Poder Executivo durante a emergência. Fiscalizar a aplicação de recursos públicos destinados às ações emergenciais. Apoiar a divulgação de informações oficiais junto à população. Facilitar articulação entre comunidade e Poder Executivo. Apoiar, quando possível, a disponibilização de espaço físico para reuniões emergenciais. Atuar de forma colaborativa com a Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil

AÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES EM CASO DE VENDAVAL

ORGÃO	AÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	Realizar desobstrução de vias públicas atingidas. Apoio com máquinas e caminhões; Fazer a limpeza de bueiros e galerias pluviais. Disponibilizar máquinas, equipamentos e operadores para apoio às ações emergenciais. Remover entulhos, lama e resíduos sólidos. Executar abertura emergencial de acessos provisórios. Apoiar na drenagem emergencial de áreas alagadas. Atuar na contenção provisória de erosões e rompimentos. Apoiar na demolição emergencial de estruturas com risco iminente. Recuperar temporariamente vias para garantir acesso de equipes de socorro. Sinalizar áreas interditadas em conjunto com a Polícia Militar. Apoiar na logística de transporte de materiais e donativos. Fornecer suporte técnico quanto às condições estruturais de obras públicas afetadas. Manter comunicação direta com a Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Organizar e administrar abrigos provisórios. Coordenar o recebimento e distribuição de donativos; Gerenciar a organização, preparo e distribuição de alimentação aos desabrigados; Providenciar itens de primeira necessidade (alimentos, água, roupas, colchões e itens de higiene) às famílias desabrigadas ou desalojadas; Oferecer benefícios eventuais como auxílio alimentação, natalidade e funeral; Articular inclusão das famílias em programas assistenciais emergenciais. Manter controle atualizado do número de desabrigados e desalojados. Ponto de informações e recebimento de donativos.
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	Avaliar impactos ambientais em áreas urbanas e rurais atingidas. Avaliar assoreamento de córregos e canais urbanos. Apoiar na identificação de contaminação de áreas públicas e privadas. Monitorar possíveis contaminações de solo e cursos d’água urbanos e rurais Apoiar na avaliação de danos em áreas verdes, praças e arborização urbana. Identificar riscos decorrentes de queda de árvores. Emitir parecer técnico ambiental quando solicitado. Apoiar ações emergenciais de contenção ambiental em área urbana e rurais.

AÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES EM CASO DE VENDAVAL

ORGÃO	AÇÃO
GRUPO ENERGISA	Monitorar a rede elétrica nas áreas atingidas. Realizar desligamento preventivo da rede em áreas alagadas com risco de choque elétrico. Atender ocorrências de queda de postes e rompimento de cabos. Isolar áreas com risco elétrico. Priorizar o restabelecimento de energia em: unidades de saúde, abrigos provisórios e prédios públicos essenciais (contato direto através de unidade consumidora) Manter equipe de plantão para atendimento emergencial. Fornecer dados sobre áreas afetadas e tempo estimado de restabelecimento.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Suspender temporariamente as atividades escolares em áreas afetadas, quando necessário. Disponibilizar, em último caso, quadras de esportes e salas de aula para abrigar os afetados pelo desastre; Disponibilizar ônibus escolares, caso seja necessário, para transportar as pessoas afetas pelo desastre; Disponibilizar mobiliário escolar (colchonetes, carteiras, mesas) para apoio emergencial. Apoiar na divulgação de orientações oficiais à comunidade escolar. Garantir preservação do patrimônio público escolar durante uso como abrigo. Informar à Defesa Civil sobre danos estruturais em prédios escolares. Realizar levantamento preliminar de prejuízos em unidades educacionais atingidas. Apoiar campanhas educativas de prevenção e conscientização junto aos alunos e famílias.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Garantir funcionamento das unidades de saúde nas áreas não afetadas. Reorganizar fluxo de atendimento em razão do aumento da demanda. Atender vítimas com agravos decorrentes do desastre. Monitorar ocorrência de doenças relacionadas a enchentes (ex.: leptospirose, diarreias, doenças de veiculação hídrica). Intensificar ações de vigilância epidemiológica.

AÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES EM CASO DE VENDAVAL

ORGÃO	AÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Manter estoque mínimo de medicamentos e insumos estratégicos. Apoiar estruturação de atendimento nos abrigos provisórios. Notificar e registrar dados de atendimentos relacionados ao desastre. Informar à Defesa Civil sobre impactos na rede municipal de saúde. Apoiar na avaliação de condições sanitárias dos abrigos. Apoiar atendimento psicossocial às famílias atingidas. Atuar na Vigilância Sanitária em áreas afetadas. Monitorar qualidade da água em conjunto com o setor responsável. Realizar orientação à população quanto a riscos sanitários.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Realizar avaliação técnica preliminar de danos estruturais em edificações públicas e privadas afetadas. Emitir parecer técnico sobre risco estrutural de imóveis atingidos. Apoiar tecnicamente a interdição de edificações com risco iminente. Avaliar estabilidade de pontes de madeira, galerias pluviais, bueiros e demais estruturas urbanas. Realizar vistorias emergenciais em áreas atingidas por alagamentos e enxurradas. Mapear áreas urbanas com risco de deslizamento, erosão ou colapso estrutural. Fornecer suporte técnico para decisões de evacuação preventiva ou emergencial. Apoiar tecnicamente a definição e delimitação de áreas de risco. Elaborar laudos técnicos para instrução de decreto de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. Realizar levantamento preliminar de danos estruturais em prédios públicos. Auxiliar na estimativa inicial de prejuízos em infraestrutura urbana. Apoiar ações emergenciais de contenção provisória de estruturas comprometidas. Atuar de forma integrada com a Defesa Civil e Secretaria de Obras. Manter equipe técnica de prontidão durante o evento. Fornecer dados técnicos para preenchimento de relatórios oficiais (FIDE e sistemas estaduais/federais).
TODOS OS ÓRGÃOS, SECRETARIAS E INSTITUIÇÕES	Compartilhar com a Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, quando solicitado, informações, dados operacionais e registros técnicos necessários à consolidação de relatórios oficiais, à instrução processual para decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, bem como à prestação de contas aos órgãos estaduais e federais.

AÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES EM CASO DE VENDAVAL

ORGÃO	AÇÃO
ROTARY CASA DA AMIZADE	Campanhas de donativos e triagem logisitica Abrigo temporário
CONSEG	Campanhas de donativos apoio a logística

7.2 RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL



7.1 RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

A vulnerabilidade a incêndios florestais em Cláudia configura um desafio estratégico para a gestão ambiental e para a Defesa Civil, intensificando-se drasticamente entre os meses de junho á outubro. A análise técnica do território revela que a combinação de fatores antropogênicos e naturais coloca o município em um estado de alerta recorrente durante o período de estiagem.

O cenário é composto por um mosaico de pastagens degradadas, áreas de cultivo agrícola e remanescentes de Cerrado, além de densas matas ciliares. Durante a seca, essa biomassa se transforma em um material combustível altamente inflamável. A rápida propagação é potencializada por fatores climáticos críticos:

Temperaturas Elevadas: Frequentemente superando os 38°C. Baixa Umidade: Índices que caem abaixo de 20%, ressecando a vegetação. Dinâmica de Ventos: Lufadas constantes que transportam fagulhas por grandes distâncias.

Cláudia apresenta uma topografia predominantemente plana a suave- ondulada, o que, embora facilite o deslocamento terrestre, permite que o fogo avance de forma veloz e ininterrupta por grandes extensões de lavoura e pasto. A atenção deve ser redobrada nas áreas dos Assentamentos 12 de Outubro e Assentamento Keno.

A ação humana permanece como o principal gatilho de ignição, seja através da limpeza de terrenos urbanos com fogo, queima de lixo ou manejo inadequado de pastagens em propriedades rurais. Período Proibitivo: Regras e Detalhes Duração: De 1º de julho a 30 de novembro. Onde se aplica: Áreas rurais dos biomas do estado (com queimas controladas suspensas). Perímetro urbano: A queima de lixo ou limpeza de quintais é proibida o ano todo. Punição: Quem descumprir a regra pode responder por crime ambiental, com multas e penas de prisão.

7.4 RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

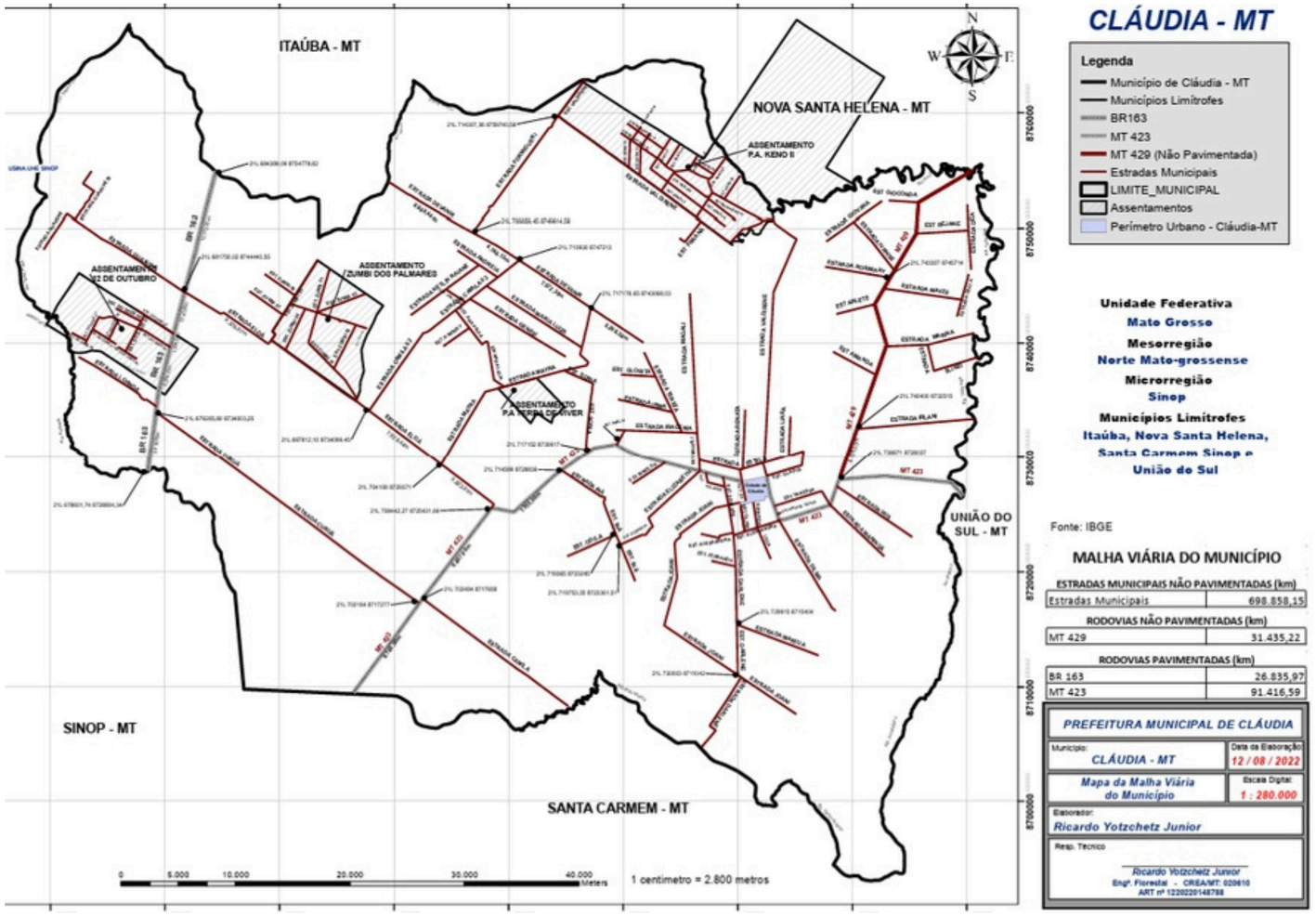


Figura 30

Hitórico de focos de calor no período de 2021 a 2025:

Focos de calor - Cláudia - 2021: 162 - 2022: 292 - 2023: 155 - 2024: 204 - 2025: 146

Fonte de dados: Satélite AQUA

DETECÇÃO, AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS EMERGÊNCIAS

Cenário de Risco: Incêndio Florestal

Nível de Resposta	Condição / Situação	Plano
Normal	Período chuvoso no estado no qual não há ocorrências de incêndios florestais.	Realizar campanhas educativas na escolas e veículos de comunicação. Confecção de aceiros em áreas suscetíveis a incêndios florestais. Realizar capacitação de brigadas de combate a incêndios florestais. Identificar áreas críticas suscetíveis a ocorrência dos incêndios florestais.
Atenção	Durante todo o período proibitivo do uso do fogo.	Realizar campanhas informativas nos veículos de comunicação sobre o período proibitivo do uso do fogo. Realizar monitoramento das condições climáticas e da ocorrência de focos de calor através de satélites. Contratar brigadistas para o combate aos incêndios florestais. Realizar uma revisão nos recursos disponíveis para o combate aos incêndios florestais.
Alerta	Incêndio de grandes proporções em áreas de preservação ambiental.	Acionar equipes do CBMMT e brigadistas de combate aos incêndios florestais. Avaliar a necessidade de emprego de aeronaves. Realizar monitoramento das condições climáticas e a evolução do incêndio florestal. Realizar registro no S2ID da ocorrência do desastre. Acionamento de recursos privados (proprietários de fazendas).
Emergência	Mais de um incêndio de grandes proporções em áreas de preservação ambiental ou propriedades particulares, que comprometam a qualidade do ar.	Propor ao prefeito o estabelecimento do gabinete de crise. Acionar equipes do CBMMT e brigadistas de combate aos incêndios florestais. Avaliar a necessidade de emprego de aeronaves; Realizar monitoramento das condições climáticas e a evolução do incêndio florestal. Realizar registro no S2ID da ocorrência do desastre e avaliar a necessidade de decretar situação de emergência e aporte de recursos do estado, da União ou de ambos os entes federativos. Avaliar a necessidade de emprego de voluntários de proteção e defesa civil para apoio logístico.

AÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES EM CASO DE DESASTRE POR INCÊNDIO FLORESTAL

ORGÃO	AÇÃO
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL MUNICIPAL	Realizar as campanhas de conscientização sobre o período proibitivo do uso do fogo. Verificar a necessidade de acionamento de aeronaves e caminhões pipas. Convocar os voluntários de defesa civil, caso necessário. Acionar as outras instituições do PLANCON que tenham competência na situação elencado. Gerenciar o desastre em nível local. Instruir o prefeito sobre a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, como também o aporte de recursos estadual e federal, quando for o caso. Articular ações entre Corpo de Bombeiros, Secretaria de Meio Ambiente e demais órgãos envolvidos. Monitorar áreas urbanas e rurais com risco de propagação do fogo. Coordenar ações de evacuação preventiva, quando houver risco à população. Acionar órgãos estaduais, quando a capacidade municipal for excedida.
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	Monitorar os eventos de fogo e os focos de calor; Coordenar e executar ações de combate direto ao incêndio florestal. Solicitar reforço de equipes e recursos, quando necessário e verificar o acionamento de aeronaves caso necessario. Realizar reconhecimento da área atingida e avaliação da propagação do fogo; Definir estratégias de combate direto e indireto; Atuar na proteção de áreas urbanas e rurais ameaçadas pelo fogo. Executar rescaldo e monitoramento de focos remanescentes; Executar construção de aceiros para contenção das chamas; Realizar evacuação emergencial de áreas sob risco iminente; Apoiar na retirada de moradores e animais em risco;
POLICIA MILITAR	Registrar boletim de ocorrência quando houver indícios de crime ambiental.Apoiar na preservação da ordem pública em abrigos provisórios. Atuar de forma integrada com Corpo de Bombeiros e Defesa Civil.

AÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES EM CASO DE DESASTRE POR INCÊNDIO FLORESTAL

ORGÃO	AÇÃO
POLICIA CIVIL	Registrar boletins de ocorrência relacionados ao desastre. Apoio na identificação de vítimas fatais. Instaurar procedimento policial quando houver: óbitos, lesões corporais graves, desaparecimentos, crimes contra o patrimônio ou condutas negligentes que tenham agravado a situação. Atuar na investigação de: saques, invasões em áreas evacuadas, estelionatos envolvendo doações, exploração abusiva de preços. Articular com a perícia oficial quando necessário. Registrar e acompanhar casos de pessoas desaparecidas.
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	Garantir fornecimento emergencial de água para combate direto ao incêndio. Disponibilizar caminhões-pipa para abastecimento de viaturas do Corpo de Bombeiros. Apoiar na instalação de pontos de hidrante ou reservatórios temporários. Fornecer suporte técnico sobre rede de distribuição de água e reservatórios municipais. Monitorar níveis de água em áreas críticas durante o evento. Coordenar com Defesa Civil e Corpo de Bombeiros o uso seguro dos recursos hídricos. Apoiar na manutenção de pressão e vazão para atendimento emergencial. Manter registro das operações de fornecimento de água para relatórios oficiais.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Disponibilizar escolas e unidades educacionais como abrigos provisórios, quando necessário. Apoiar a Defesa Civil na organização de espaços para acolhimento de famílias afetadas. Orientar alunos e servidores sobre medidas de segurança em caso de incêndio. Auxiliar na comunicação com famílias e comunidade escolar sobre áreas de risco e evacuação. Registrar informações operacionais e relatórios de utilização das unidades escolares durante a emergência.

AÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES EM CASO DE DESASTRE POR INCÊNDIO FLORESTAL

ORGÃO	AÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS	Disponibilizar máquinas e equipamentos para abertura de aceiros e contenção do fogo. Apoiar na construção de barreiras físicas para proteção de áreas urbanas e rurais próximas ao incêndio. Fornecer suporte logístico com caminhões, tratores e retroescavadeiras. Manter equipe pronta para manutenção de vias de acesso para veículos de emergência. Apoiar na instalação de pontos de hidrante temporários, em conjunto com DAE e Corpo de Bombeiros. Auxiliar na limpeza de áreas críticas para facilitar o combate ao fogo. Manter comunicação constante com a Defesa Civil sobre disponibilidade de recursos e equipamentos. Realizar avaliação técnica de risco estrutural em edificações próximas ao incêndio. Emitir parecer sobre interdição de áreas urbanas e rurais ameaçadas pelo fogo e fornecer suporte técnico na instalação de barreiras físicas ou aceiros em áreas urbanas e rurais.
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	Monitorar áreas de vegetação urbana e rural suscetíveis a incêndios. Fornecer informações sobre localização de áreas críticas Apoiar na delimitação de áreas de risco ambiental. Auxiliar na identificação de espécies ameaçadas ou de alto risco para propagação do fogo. Orientar sobre preservação de fauna e flora durante a operação emergencial. Auxiliar na fiscalização ambiental, prevenindo queimadas criminosas ou irregulares. Manter registro das ocorrências e impactos ambientais para relatórios oficiais. Apoiar e divulgar as campanhas de conscientização sobre o período proibitivo do uso do fogo;
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	Apoiar na identificação de famílias afetadas pelo incêndio. Coordenar acolhimento e encaminhamento das vítimas para abrigos provisórios. Disponibilizar estrutura de abrigos (salas, colchões, alimentação básica) .Apoiar a Defesa Civil na organização de cadastro de desalojados e desabrigados. Garantir assistência social emergencial, incluindo acolhimento de crianças, idosos e pessoas com deficiência. Apoiar a comunicação com famílias afetadas sobre medidas de segurança e localização de abrigos. Registrar informações para relatórios oficiais e consolidação de dados sobre pessoas atendidas. 42

AÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES EM CASO DE DESASTRE POR INCÊNDIO FLORESTAL

ORGÃO	AÇÃO
GRUPO ENERGISA	Interromper o fornecimento de energia em áreas de risco para segurança da população e das equipes operacionais. Realizar vistoria e isolamento de redes elétricas próximas às áreas atingidas pelo fogo. Disponibilizar equipes técnicas para restabelecimento de energia em áreas seguras. Apoiar a Defesa Civil e Corpo de Bombeiros com informações sobre localização de postes e cabos de alta tensão. Monitorar riscos de curto-circuito ou acidentes elétricos decorrentes do incêndio. Fornecer suporte técnico e logística quando solicitado durante a operação.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Apoiar a Defesa Civil e Corpo de Bombeiros na definição de rotas seguras e bloqueios em áreas de risco. Mapear e monitorar áreas urbanas e rurais com risco de propagação do incêndio para zonas residenciais. Apoiar na logística de evacuação preventiva, orientando sobre vias e áreas seguras. Fornecer suporte técnico na instalação de barreiras físicas ou aceiros em áreas urbanas e rurais Emitir laudos técnicos para instrução de decretação de Situação de Emergência, quando houver risco estrutural. Auxiliar na estimativa de prejuízos em infraestrutura urbana e equipamentos públicos. Manter equipe técnica de prontidão para vistorias emergenciais.
TODOS ORGÃOS, SECRETARIAS E INSITUIÇÕES	Compartilhar com a Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, quando solicitado, informações, dados operacionais e registros técnicos necessários à consolidação de relatórios oficiais, à instrução processual para decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, bem como à prestação de contas aos órgãos estaduais e federais.

AÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES EM CASO DE DESASTRE POR INCÊNDIO FLORESTAL

ORGÃO	AÇÃO
TODOS OS ÓRGÃOS, SECRETARIAS E INSTITUIÇÕES	Compartilhar com a Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, quando solicitado, informações, dados operacionais e registros técnicos necessários à consolidação de relatórios oficiais, à instrução processual para decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, bem como à prestação de contas aos órgãos estaduais e federais.
ROTARY CASA DA AMIZADE	
	Campanhas de donativos e triagem. logisitica. Abrigo temporário.
CONSEG	Campanhas de donativos. apoio a logística.

7.3 ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA UHE SINOP



UHE SINOP · CARACTERIZAÇÃO DA BARRAGEM

A UHE SINOP localiza-se no rio Teles Pires, com barramento na margem direita no município de Cláudia e na margem esquerda no município de Itaúba, Estado do Mato Grosso, nas coordenadas latitude 11°16’ S e longitude 55°27’ W.

Está inserida na Bacia Hidrográfica do Amazonas (BH1), Sub-bacia de Tapajós (SB17), a uma distância de 775 km de sua foz.

Quadro 1 – Localização da Barragem

LOCALIZAÇÃO DA BARRAGEM	
Coordenadas	11°16’ S e 55°27’ W
Curso d’água	Rio Teles Pires
Sub-bacia	17 – Tapajós
Bacia	1 – Amazonas

O acesso ao eixo da UHE SINOP se faz a partir da BR-163, em trecho pavimentado. No ponto de coordenadas UTM N 8.744.494 e E 681.762, Zona 21, SAD 69, toma-se uma estrada

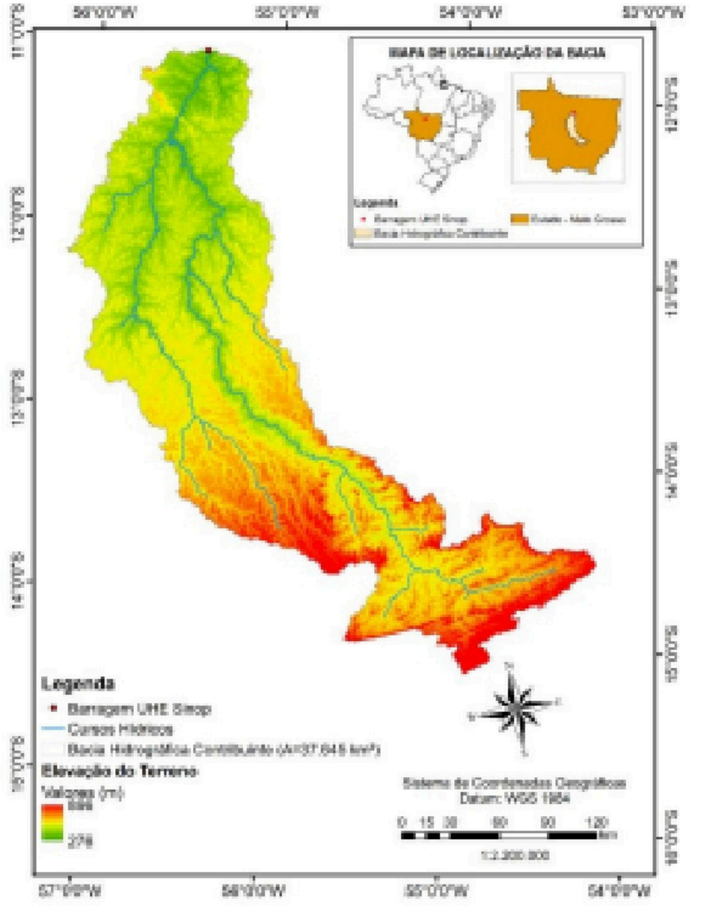


Figura 2 – Bacia Hidrográfica Contribuinte da UHE Sinop

figura 31

DETECTAÇÃO AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE EMERGENCIAS

CENÁRIO DE RIISCO: ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA UHE SINOP

NIVEL DE RESPOSTA	CONDIÇÃO - SITUAÇÃO	PLANO
NORMAL	QUANDO NÃO HÁ ANOMALIAS OU AS QUE EXISTEM NÃO COMPROMETEM A SEGURANÇA DA BARRAGEM, MAS QUE DEVEM SER CONTROLADAS OU REPARADAS AO LONGO DO TEMPO.	Continuar com o monitoramento regular, as inspeções periódicas de segurança e as manutenções preventivas previstas no plano da usina.
ATENÇÃO	QUANDO AS ANOMALIAS NÃO COMPROMETEM A SEGURANÇA DA BARRAGEM NO CURTO PRAZO, MAS EXIGEM INTENSIFICAÇÃO DE MONITORAMENTO, CONTROLE OU REPARO NO MÉDIO OU LONGO PRAZO.	Isso significa que foi identificada alguma anomalia, alteração técnica ou elevação atípica no nível do reservatório/rio, mas não há risco iminente de rompimento ou colapso.
ALERTA	QUANDO AS ANOMALIAS REPRESENTAM RISCO A SEGURANÇA DA BARRAGEM, EXIGINDO PROVIDENCIAS EM CURTO PRAZO PARA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA.	Estado de Alerta indica que foram detectadas anomalias ou eventos externos que representam risco potencial à segurança da barragem no curto prazo, exigindo ações imediatas de monitoramento, controle e comunicação preventiva com a Defesa Civil.
EMERGÊNCIA	QUANDO AS ANOMALIAS REPRESENTAM RISCO DE RUPTURA EMINENTE, EXIGINDO PROVIDENCIAS PARA A PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE DANOS HUMANOS E AMTERIAIS.	emergência máxima por risco iminente de ruptura As medidas obrigatórias incluem o acionamento imediato do Plano de Ação de Emergência, a deflagração de sirenes/alarme para evacuação da Zona de Autossalvamento e a comunicação urgente com a Defesa Civil e autoridades locais.

AÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES EM CASO DE ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA UHE SINOP

ÓRGÃO	AÇÃO
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL MUNICIPAL	Receber e confirmar a notificação da UHE Sinop pelo canal definido no PAE. Alertar e coordenar a evacuação da população da Zona de Segurança Secundária (ZSS) no território de Cláudia. Participar dos trinamentos e simulados do PAE promovidos pelo empreendedor. Acionar as demais instituições do PLANCON que tenham competência na situação elencada. Gerenciar o desastre em nível local; Propor ao prefeito a instalação de gabinete de crise, caso necessário, para que todas as instituições presentes no município possam trabalhar de forma mais ordenada. Instruir o prefeito sobre a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, quando for o caso.
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	Solicitar reforço de equipes e recursos, quando necessário e verificar o acionamento de aeronaves caso necessario. Realizar reconhecimento da área atingida. Definir estratégias na proteção na área. Realizar evacuação emergencial de áreas sob risco iminente. Apoiar na retirada de moradores e animais em risco.
POLICIA CIVIL	Atuar de forma integrada com Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil. Investigação Criminal e Apuração de Responsabilidades
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	Instalar caixas d’água comunitárias e pontos de distribuição gratuita em bairros desabastecidos.
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	Isolamento de áreas, bloqueio de estradas e pontes na mancha de área alagada. Atender a solicitação de emprego de maquinários.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	Apoiar na identificação de famílias afetadas pela ruptura, Coordenar o acolhimento e encaminhamento das vítimas para abrigos provisórios. Disponibilizar estrutura de abrigos (salas, colchões, alimentação básica) Apoiar a Defesa Civil na organização de cadastro de desalojados e desabrigados. Garantir assistência social emergencial, incluindo acolhimento de crianças, idosos e pessoas com deficiência. Apoiar a comunicação com famílias afetadas sobre medidas de segurança e localização de abrigos. Registrar informações para relatórios oficiais e consolidação de dados sobre pessoas atendidas. 48

AÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES EM CASO DE ROMPIMENTO DA BARRAGEM UHE SINOP

ORGÃO	AÇÃO
GRUPO ENERGISA	Interromper o fornecimento de energia em áreas de risco para segurança da população e das equipes operacionais. Realizar vistoria e isolamento de redes elétricas próximas às áreas atingidas. Disponibilizar equipes técnicas para restabelecimento de energia em áreas seguras. Apoiar a Defesa Civil e Corpo de Bombeiros com informações sobre localização de postes e cabos de alta tensão. Monitorar riscos de curto-circuito ou acidentes elétricos decorrentes do desastre. Fornecer suporte técnico e logística quando solicitado durante a operação.
UHE SINOP (Companhia Energética Sinop S/A)	Detectar, avaliar e classificar a situação de emergência nos níveis previstos no PAE (Normal, Atenção, Alerta e Emergencial. Notificar imediatamente a COMPDEC de Cláudia e os demais órgãos do Fluxograma de notificação do PAE, informando o nível, a evolução e as ações em curso. Acionar o sistema de alerta (sirenes) e orientar a evacuação da população da Zona de Autossalvamento (ZAS). Fornecer à COMPDEC os mapas de inundação, os limites da ZAS e da ZSS, os tempos de chegada da onda, os pontos de encontro e as rotas de fuga. Manter o PAE atualizado e disponível na Prefeitura e na COMPDEC, e promover treinamentos e simulados com a participação da DEfesa Civil e da comunidade. Disponibilizar quando possível e com segurança, os recursos listados no iem 11.9.
TODOS OS ORGÃOS, SECRETARIAS E INSITUIÇÕES	Compartilhar com a Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, quando solicitado, informações, dados operacionais e registros técnicos necessários à consolidação de relatórios oficiais, à instrução processual para decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, bem como à prestação de contas aos órgãos estaduais e federais.
SECRETARIA DE SAÚDE	Atendimento pré hospitalar e hospitalar. Vigilância Sanitária verificar a qualidade da água para o consumo
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	Avaliação dos impactos ambientais realizando vistorias técnicas. ação integrada com a Defesa Civil. Monitoramento de recuperação, acompanhando os planos de limpeza da estrutura danificada

8. FLUXOGRAMA PARA ACIONAMENTO DO PLANCON



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR SÃO ACIONADOS PARA SOCORRO DE VÍTIMAS

POLICIA MILITAR ACIONADA PARA GARANTIR A SEGURANÇA NOS ABRIGOS

POLÍCIA CIVIL É ACIONADA PARA REALIZAR PERÍCIAS TÉCNICAS

FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E OUTRAS INSTITUIÇÕES SÃO ACIONADAS

PREFEITO ACIONA O PLANCON E COMUNICA SEUS SECRETÁRIOS

SECRETARIA DE INFRAETRUTURA ACIONA RECURSOS DISPONÍVEIS PARA RESPOSTA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTABILIZA ALUNOS AFETADOS E VERIFICA A POSSILIBILIDADE DE ALOJAR ATINGIDOS EM GINÁSIOS

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL GERENCIA ABRIGOS E RECURSOS RECEBIDOS DE DOAÇÕES.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REALIZA LEVANTAMENTO DE PESSOAS ATINGIDAS

COMPDEC ACIONA DEFESA CIVIL ESTADUAL E GERENCIA O DESASTRE

SECRETARIA DE SAÚDE MOBILIZA RECURSOS PARA ATENDIMENTOS AOS ATINGIDOS E FAZ CONTATO COM INSTITUIÇÕES PRIVADAS

HOSPITAIS PRIVADOS SÃO AVISADOS SOBRE O DESASTRE E SE PREPARAM PARA RECEBER POSSÍVEIS FERIDOS.

DEFESA CIVIL ESTADUAL É ACIONADA PARA DAR APOIO OPERACIONAL E AJUDAR NA DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

9. ACIONAMENTO DO PLANO DE CHAMADA

Instituição	Função/Nome	Telefone
Prefeitura Municipal	Marcos Fernando Felhdaus Prefeito	(66) 9 9615-5450
Coordenadoria Municipal de Defesa Civil	Valdenice Galelli Coordenadora	(66) 9 9998-7082
Secretaria Municipal de Administração	Rodrigo Nicareta Secretário	(66) 9 9682-0888
Secretaria Municipal de Saúde	Marildeide de Lourdes Z.V. Magalhães Secretário	(66) 9 9985-1867
Secretaria Municipal de Obras	Altamir Kurten Secretário	(66) 99965-0045
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Ricardo Yotzchetz Junior Secretário	(66) 9 9642-7904
Secretaria Municipal de Assistência Social	Simone Sokoloviski Secretária	(66) 9 9991-3090
Secretaria Municipal de Esportes e Laser	Aleson Sokoloviski Secretário	(66) 9 8121-4434
Secretario Municipal de Educação	Nilton Cezar Junior de Assunção Secretário	(66)99953-2898

9. ACIONAMENTO DO PLANO DE CHAMADA

Instituição	Função/Nome	Telefone
Departamento de Água e Esgoto - Aegea	Dayane Aparecida Perreira da silva Supervisor	(66) 99724-2963
Núcleo de Policia Militar 4º Comando Regional	Flavio Gonsalves da Silva Sub Ten PM	(65) 9 9203-2620
Policia Judiciária Civil	Lucas Pereira Santos Delegado	(68) 9 9944-5532
Corpo de Bombeiros 3ª CRBM	Fernando Duarte Santana Coronel Comandante	(65) 9 8432-2506
Coordenador de Meio Ambiente - Incendio	Denitz Auler UHE - Sinop	(66) 99698-9139
Responsavel técnico - Segurança de barragem	Rafael Branco Coordenador	(66) 99905-9139
Cãmara Municipal dos Vereadores	Roberto Dalmaso Presidente	(66) 9 9692-0270

10. ACIONAMENTO DOS RECURSOS

Os recursos serão acionados durante o pré-impacto pela Prefeitura Municipal, com auxílio da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, através dos procedimentos administrativos e jurídicos em Defesa Civil.

A decretação de S.E ou de E.C.P se dará quando estiver caracterizado o Desastre, e for necessário estabelecer uma situação jurídica especial, que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas para as ações de resposta e recuperação aos desastres.

O acionamento adicional de recursos durante as fases de resposta e recuperação serão feitos mediante solicitação de recursos aos níveis estadual e federal, quando da homologação estadual e/ou reconhecimento da Situação de Emergência – S.E ou Estado de Calamidade Pública – E.C.P.

É de responsabilidade do Prefeito Municipal a decretação de S.E ou E.C.P. A solicitação ao governo de mato grosso para homologação estadual deverá ateder o previsto na Lei 10.670/2018 em seu Art. 22.

O reconhecimento federal deverá adotar as medidas previstas na
portaria nº 260/22 do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

11. RECURSOS DISPONÍVEIS NO LOCAL

Os recursos que poderão ser acionados no momento do desastre serão previamente cadastrados no PLANCON. Todos os recursos cadastrados deverão conter uma pessoa responsável que estará ciente da possiblidade de acionamento em caso de desastres no município.

De acordo com o trabalho de campo realizado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil com o apoio da Equipe Técnica no Município de Cláudia - MT, foram elencados
e cadastrados os seguintes recursos disponíveis em casos de desastre:

11.1 CORPO DE BOMBEIROS - 9ª CIBM

Efetivo
65 militares

Escala Operacional
24 horas (plantão)

Guarnição de Serviço
8 militares

Localização do Quartel
11°53'16.64"S 55°30'6.04"0

Equipamentos
02 drones

Viaturas
03 camionetes
03 veiculos pesados
03 embarcações
03 caminhão incêndio



Figura 32 4º Batalhão Bombeiro Militar



Figura 33. 1ª Cia do 4º Batalhão Bombeiro Militar



Figura 34. Auto Bomba Tanque (ABT)



Figura 35. Auto Resgate (AR)



Figura 36. Embarcação de salvamento

11.2 NÚCLEO POLÍCIA MILITAR 2ª PELOTÃO

Efetivo
13 policiais

Escala Operacional
24 x 72 h

Guarnição de Serviço
02 policiais

Localização
11°51'07.44"S 4°88'42.47"W
Avenida dos Pioneiros SNº,
Campo Verde, Cláudia/MT.

Equipamentos
1 Rádio
01 internet starlink

Viaturas
02 viatura



Figura 37. Vista Aérea do Núcleo de Polícia Militar - 4º Comando Regional



Figura 38. Viatura

11.3 POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL

Efetivo
06 policiais

Escala Operacional
24 x 72 h

Guarnição de Serviço
2 policiais

Localização
11°51'05.8"S 54°88'44.02W
Avenida dos Pioneiros S/N,

Equipamentos
01 drone

Viaturas
01 Veiculos



Figura 39. Vista aérea da Polícia Judiciária Civil.



Figura 40. Viatura ilustrativo

Figu



Figura 41. Vista áerea

11.4 GRUPO ENERGISA

Efetivo
19 Servidores

Escala Operacional
4 X 2

Equipe em Serviço
10 Servidores

Localização da Agência
11°50'62.62"S 54°87'40,32"W
Rua Dom Aquino Correia S/N

Equipamentos
Escadas · Motopoda · Motosserra
GPS via satélite · Rádios

Veículos
07 Veiculos
01 Motocicleta



Figura 42. Vista aérea frontal da agência da Energisa.



Figura 43. Veículos



Figura 44. Vista aérea frontal do pátio da Energisa.



Figura 45. Veículo



Figura 46. Veículo



Figura47. Veículo

11.5 DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE

Efetivo
5 Servidores

Escala Operacional
5 X 2

Equipe em Serviço
5 Servidores

Localização
11°50'07.91"S 54°87'40.32W
Rua José de Mesquita S/N

Veículos
01 veículo



Figura 48. Vista da Fachada do Departamento de Água e Esgoto.



Imagem 49. Vista área do Departamento de Água e Esgoto. I

11.6 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Efetivo
10 Servidores

Escala Operacional
5 X 2

Equipe em Serviço
10 Servidores

Localização
11°51'52.41"S 54°88'58.64"W
Estrada Ilka S/Nº

Veículos
01 Caminhonete · 01 Estrada

Máquinários
01 Retroescavadeira
02 Caminhão Caçamba
01 Caminhão-Pipa
01 Caminhão de coleta de lixo.
01 Pá carregadeira



Figura 50. Vista da Fachada da Secretária de Infraestrutura.



Figura 53. Retroescavadeira.



Figura 51 Pátio de veículos e maquinários.



Figura 54. caminhão



Figura 52. Caminhão Caçamba.



Figura 55. Caminhão de coleta de lixo.

11.7 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Efetivo
19 Servidores

Escala Operacional
8h/dia mensal

Equipe em Serviço
19 Servidores

Localização
11°50'48.47"S 54°87'60.23W
Av. Gaspar Dutra S/N, Centro,

Veículos
01 Hillux (Dupla)
03 ambulâncias



Figura 56 Vista da Fachada Secretaria de Saúde



Figura 57 Vista aerea do Hospital



Figura 58 ambulancia

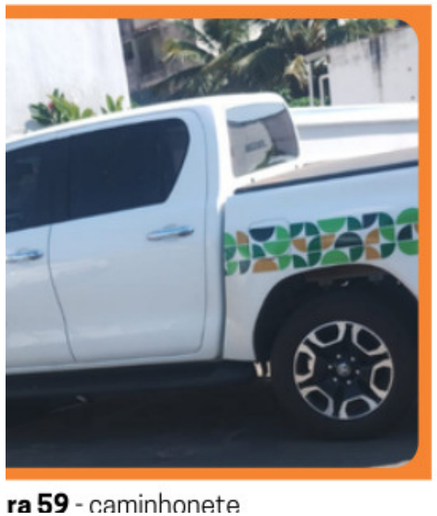

ra 59 - caminhonete



Figura 60. Ambulância



Figura 61. ambulanc



cia



Figura 62. Ambulância

11.8 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Efetivo
3 Servidor

Escala Operacional
5 X 2

Equipe em Serviço
1 Servidor

Localização
11°50'50.91"S 54°88'55.49"W
Avenida dos Pioneiros S/Nº

Veículos
01 Caminhonete (Dupla)
01-Motocicleta
01-barco



Figura 63. Vista da Fachada da secretaria municipal de Meio Ambiente.

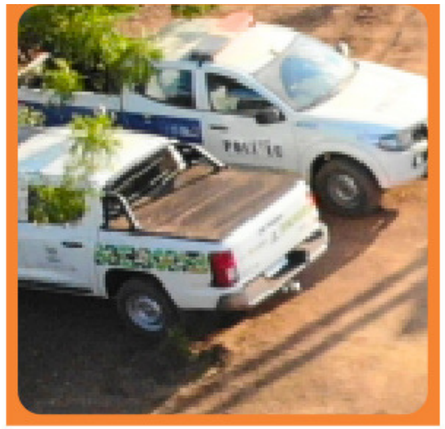


Figura 64. caminhonete



Figura 65. Motocicleta



Figura 66 barco

11.9 COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP S/A

Efetivo Total
48

Efetivo diário
35

Tipo de escala
5x2-plantão FDS

Localização
11°16'00"S 55°27'00"W
Estrada Guaxupe - km 896
Fazenda Josephina - Cláudia/MT

Equipamentos
02 Drones · 03 barracas
04 starlink · 10 radios

veiculos
01 caminhão
02 veiculos

embarcação
01-barco



figura 67 starlink



figura 68 embarcação



figura 69 caminhão

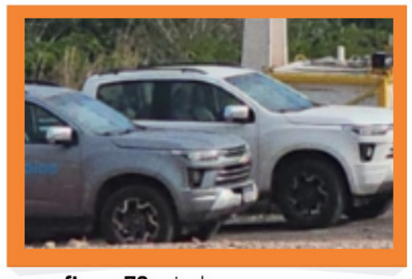


figura 70 veiculo



figura 71 rádio amador

12. RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), em muitas vezes representada pelo seu Coordenador, é o primeiro nível de resposta em situações de desastre no âmbito municipal. Dentre as diversas responsabilidades e competências desempenhadas pelo COMPDEC, destacamos as que se enquadram na fase de Preparação e Resposta, objetivo principal deste documento.

Preparação:

Receber e acompanhar a equipe de Defesa Civil Estadual em todas as fases da elaboração do PLANCON;

Envolver a comunidade, sociedade civil organizada, órgãos públicos que fazem parte do Sistema de Proteção e Defesa Civil na participação da criação do PLANCON;

Participar da elaboração das rotas de fuga das áreas de riscos citadas neste documento;

Realizar um levantamento dos possíveis locais que servirão de abrigo em casos de desastres.

Resposta:

Acionar o PLANCON sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto;

Gerenciar os recursos de resposta no momento do desastre;

Solicitar apoio de outros entes, quando a capacidade de resposta municipal for insuficiente frente à magnitude do desastre

12.1 ESTRATÉGIA OPERACIONAL DE RESPOSTA

Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil a organização logística do cenário de operações, mediante a ativação prévia dos seguintes pontos e diretrizes:

1. Abrigos/ Locais de Espera; Pontos de Encontro; 1. Abrigos:

Definição: Abrigo é a instalação destinada a prover hospedagem, proteção e assistência a indivíduos em situação de vulnerabilidade decorrente de desastres.

Classificação dos Abrigos:

Permanentes: Instituições públicas ou privadas dedicadas à assistência contínua de pessoas em desamparo social.

Temporários: Estruturas físicas adaptadas emergencialmente para acolhimento por período determinado.

Categorização do Público-Alvo:

O atendimento nos abrigos será pautado pela classificação dos indivíduos atingidos:

Afetados: Pessoas diretamente prejudicadas pelos efeitos do desastre.

Desalojados: Indivíduos compelidos a abandonar suas habitações, mas que recorrem a redes particulares de apoio (casa de parentes ou amigos), não dependendo obrigatoriamente de abrigos públicos.

Desabrigados: Indivíduos cujas habitações foram danificadas ou ameaçadas e que necessitam obrigatoriamente de alojamento provido pelo Sistema Público.

Gestão: A administração e coordenação das unidades de abrigo são de responsabilidade direta da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

12.1 ESTRATÉGIA OPERACIONAL DE RESPOSTA

2. Locais de Espera:

Devido às características geográficas do município e ao risco de isolamento (ilhamento) em determinados cenários, as Rotas de Fuga têm como destino final os Locais de Espera.

Natureza do Local: Os Locais de Espera servem como pontos de concentração segura para a população que se encontra em áreas com potencial de isolamento.

Protocolo de Resgate: Uma vez nestes locais, a população deverá aguardar a intervenção de profissionais competentes e equipes de socorro especializadas para a realização do resgate e transporte seguro até os abrigos oficiais ou residências de apoio.

Coordenação de Socorro: A Defesa Civil manterá comunicação constante com as forças de segurança e salvamento para priorizar a retirada dos cidadãos concentrados nestes pontos.

A localização geográfica exata dos Locais de Espera e as instruções de conduta para a população ilhada constam no Anexo I deste PLANCON.

3. Pontos de Encontro/abrigo

Definição: Os Pontos de Encontro são locais seguros, previamente estabelecidos e sinalizados, destinados à reunião, recepção e triagem da população evacuada das áreas de risco.

No planejamento deste município, os Pontos de Encontro foram estabelecidos junto aos Abrigos mais próximos de cada setor de risco. Essa estratégia visa otimizar o tempo de resposta e garantir que a população tenha acesso imediato à estrutura de acolhimento e assistência logo após a saída da área de perigo.

Objetivos Operacionais:

Concentração Segura: Evitar a dispersão da população durante o processo de evacuação;

Triagem e Cadastro: Realizar o registro inicial das famílias para controle estatístico e identificação de necessidades específicas (idosos, crianças, feridos);

Acolhimento Direto: Facilitar o ingresso imediato nas unidades de abrigo para aqueles que necessitarem de hospedagem (desabrigados).

12.2 RESTABELECIMENTO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS E REABILITAÇÃO

As ações de restabelecimento visam a recuperação emergencial das condições de segurança e habitabilidade nas áreas atingidas. O objetivo central é garantir a continuidade dos serviços públicos e o retorno à normalidade no menor prazo possível.

Ações Prioritárias: Para viabilizar a assistência à população e o acesso às áreas afetadas, as operações focam em: ver a colocação de unidade consumidora e contato direto

Energia e Comunicação: Restauração imediata das redes de suprimento elétrico e dos sistemas de telecomunicações;

Mobilidade e Logística: Desobstrução de vias públicas, remoção de escombros e entulhos, e recuperação da trafegabilidade urbana e rural;

Transporte: Reativação das rotas de transporte coletivo e logístico.

Coordenação e Articulação Intersetorial: As frentes de reabilitação operam sob a lógica de ações coordenadas, lideradas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

A execução de cada serviço é de responsabilidade técnica de seus respectivos órgãos e instituições prestadoras, que atuarão de forma integrada com a Defesa Civil Municipal e a Secretaria de Infraestrutura. Este regime de colaboração garante que o restabelecimento dos cenários ocorra de maneira estratégica, priorizando as áreas de maior vulnerabilidade e risco.

13. APROVAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

ENTIDADE	FUNÇÃO/NOME	ASSINATURA
Prefeitura Municipal	Marcos Fernando Feldhaus Prefeito	_____
Coordenadoria Municipal de Defesa Civil	Valdenice Galelli Coordenadora	_____
Corpo de Bombeiros 3ª CRBM	Fernando Duarte Santana Coronel BM	_____
Secretaria Municipal de Saúde	Marileide de L. Z. V. MAgalhães Secretária	_____
Secretaria Municipal de obras	Altamir Kurten Secretário	_____
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Ricardo Youtzchetz Secretário	_____
Secretaria Municipal de Educação	Nilton C. Junior de Assunção Secretário	_____
Secretaria Municipal de Assistência Social	Simone Sokolowiski Felhdaus Secretária	_____
Secretaria Municipal de Esportes	Alesson Sokolowiski Secretário	_____

13. APROVAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

ENTIDADE	FUNÇÃO/NOME	ASSINATURA
Usina Hidreletrica UHE	Rafael Branco Responsável Técnico	_____
Secretaria Municipal de Administração	Rodrigo Nicaretta Secretária	_____
Câmara Municipal dos Vereadores	Antonio Roberto Dalmaso Presidente	_____
Grupo Energisa	Romério Braz Gestor de Relacionamentos	_____
Departamento de Água e Esgoto - DAE	Dayane Aparecida Pereira da Silva Supervisor	_____
Pelotão de Policia Militar (PelPM) Claudia/MT	Flávio Gonsalves da Silva Major PM	_____
Policia Judiciária Civil	Dr. Lucas Perreira Santos Delegado	_____
Rotary Club	Elisangela Figueira Presidente	_____
Conseg	Everson César Konze Presidente	_____
Superintendente	Jomar Cortez de Andrade Tenente-Coronel BM	_____

14. DIVULGAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

A divulgação do Plano de Contingência (PLANCON) é um aspecto essencial para garantir a transparência da gestão pública e o engajamento da sociedade nas ações de prevenção, preparação e resposta a desastres. O acesso público ao documento fortalece a participação social, permite que a população compreenda os riscos aos quais está exposta e conheça as ações previstas em caso de emergência.

Nesse sentido, o plano finalizado deve ser disponibilizado ao público de forma acessível, em conformidade com os princípios da publicidade e da transparência previstos na legislação. A divulgação pode ocorrer por meio de portais eletrônicos da prefeitura e de instituições parceiras, bem como através da publicação em Diário Oficial, garantindo ampla visibilidade.

No entanto, é importante destacar que o PLANCON também contém informações sensíveis, como contatos diretos de autoridades, dados internos de logística e detalhes operacionais que, se divulgados de forma irrestrita, podem comprometer a segurança das operações ou a privacidade de agentes envolvidos. Por isso, recomenda-se a elaboração de duas versões do documento:

Versão completa (restrita): Contém todos os dados operacionais, contatos institucionais, mapas de risco detalhados, planos de comunicação interna e listas completas de recursos e responsáveis. Essa versão deve estar disponível apenas aos órgãos e equipes diretamente envolvidos nas ações de resposta, como Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Secretarias Municipais, entre outros. O acesso deve ser controlado e garantido por meios seguros.

Versão pública (ampla divulgação): Deve conter o conteúdo geral do plano, como os objetivos, estrutura organizacional de resposta, fluxos de atuação, áreas de risco mapeadas e medidas preventivas, excluindo as informações sensíveis. Essa versão pode ser publicada nos canais oficiais da administração pública e compartilhada com conselhos municipais, organizações da sociedade civil e a comunidade em geral.

A elaboração dessas duas versões assegura o equilíbrio entre a transparência pública e a segurança das operações de emergência, permitindo que a população seja informada sem comprometer a eficácia das ações de resposta.

15. OPERACIONALIZAÇÃO

A operacionalização do Plano de Contingência ocorre sempre que são ativados os mecanismos de resposta a uma situação de risco, seja em um cenário real de desastre ou durante a realização de exercícios simulados. Isso pode envolver desde o acionamento de alertas e alarmes até a mobilização de equipes e recursos conforme os procedimentos definidos no plano.

Para garantir sua eficácia, é fundamental que todas as ações executadas estejam alinhadas ao que está descrito no documento final do PLANCON. O plano deve prever de forma clara os fluxos de atuação, os responsáveis por cada etapa, os protocolos de comunicação, a cadeia de comando e a utilização dos recursos disponíveis. A clareza e a objetividade desses elementos são essenciais para uma resposta rápida, coordenada e eficaz frente às emergências.

Durante a ativação do plano, seja por simulado ou em situação real, cada órgão ou instituição envolvida deve desempenhar seu papel conforme estabelecido previamente. Isso fortalece a integração entre os setores e permite uma atuação colaborativa, reduzindo falhas e sobrecargas.

Ao término da situação – seja um desastre real ou exercício simulado –, é imprescindível que a experiência vivenciada seja utilizada como ferramenta de aprendizado. A equipe gestora do plano deve realizar uma avaliação crítica de todo o processo, identificando os pontos fortes, as fragilidades e as oportunidades de melhoria. Esse momento de análise deve alimentar um processo contínuo de revisão e aperfeiçoamento do PLANCON.

Além disso, recomenda-se que essa avaliação pós-evento ou pós-simulado seja registrada em relatórios específicos, contendo observações detalhadas, indicadores de desempenho, sugestões dos participantes e eventuais ajustes necessários. Dessa forma, o plano deixa de ser um documento estático e passa a refletir a realidade dinâmica do município, tornando-se cada vez mais eficaz na prevenção e resposta a desastres.

16. REVISÃO

Diante da natureza imprevisível dos desastres, é essencial que o plano de contingência esteja sempre atualizado. Embora essa seja uma tarefa desafiadora, ela pode ser realizada por meio de revisões periódicas. O próprio plano deve estabelecer com que frequência essas atualizações ocorrerão e quem será responsável por conduzi-las.

Durante as revisões, é importante atualizar informações como:

Contatos de emergência da equipe e dos órgãos de resposta (incluindo telefone fixo, celular, e-mail, entre outros); Dados relacionados ao transporte e à logística; Situação das estruturas destinadas ao atendimento emergencial; Relação de recursos disponíveis no município.

Além das revisões regulares, o plano também deve ser reavaliado sempre que for colocado em prática, seja em uma ocorrência real ou em um exercício simulado. Isso permite analisar sua efetividade e verificar se os procedimentos adotados estão alinhados com a realidade local.

No caso dos simulados, é recomendado que o plano já contenha os cenários de risco que serão utilizados, a periodicidade desses exercícios e a definição clara dos responsáveis pelo seu planejamento. Tamanha é a importância dos simulados que o próximo capítulo será inteiramente dedicado a apresentar um passo a passo para sua realização.

17. REFERÊNCIAS

Brasil. Lei 12.608 de 10 de abril de 2012. [Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; [...]; e dá outras providências]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 02 fev. 2022.
cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/claudia/panorama https://climatempo.com.br/climatologia/5029/claudia-mt Texto dohttps://www.sema.mt.gov.br/site/index.php/unidades-administrativas/recursos-hidricos/comit%C3%AAs-de-bacias- hidrogr%C3%A1ficas seu parágrafo

ANEXO I · ABRIGO Nº 01

ABRIGO Nº 01 · Ginásio de Esportes José Fidelis

CAPACIDADE: 300 pessoas (p/ abrigo)

Tipo de espaço: Ginásio Póliesportivo

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS Endereço Completo: Rua Hermes da Fonseca s/n Cláudia - MT Coordenadas Geográficas: 16.000917° S, 54.923027° W Responsável: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Banheiros: masculino 5, feminino 4, acessível 0. Chuveiros: 6.

Cozinha: Não possui. É possível adptar.

Dormitórios: Somente salão de jogos (acomodação coletiva).

Abrigo para PET Capacidade: 12 animais (Porte: P / M) Espaço destinado aos animais: Área externa c/ Cobertura (Corredor lateral)

O espaço possui: Energia elétrica regular
Acessibilidade para PCD Sistema de segurança (Câmeras) Saídas emergência sinalizadas Abastecimento de água regular Caixa d'água - Capacidade 2000L Internet Lavanderia



Figura 77 Banheiro Fem



Figura 78 Lavanderia



Figura 79 bebedouro



Figura 80 Área interna



Figura 81 Fachada Frontal



Figura 82 banheiro masculino)



Figura 83 Vista lateral

ANEXO II · ABRIGO Nº 02

ABRIGO Nº 02 · Rotary Club de Cláudia

CAPACIDADE: 100 pessoas (p/ abrigo)

Tipo de espaço: Pavilhão

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS Endereço Completo: Rua Castelo Branco s/n Cláudia - MT Coordenadas Geográficas: 16.000917° S, 54.923027° W Responsável: Rotary Club

Banheiros: masculino 5, feminino 4, acessível 0. Chuveiros: 6.

Cozinha: possui

Dormitórios: Somente salão de jogos (acomodação coletiva).

Abrigo para PET: poderá ser improvisado Área externa c/ Cobertura (fundo)

O espaço possui: Energia elétrica regular
Acessibilidade para PCD Sistema de segurança (Câmeras)
Saídas emergência sinalizadas Abastecimento de água regular com Caixa d'água Lavanderia



Figura 84 Banheiro mas



Figura 85 lavanderia



Figura 86 Espaço livre



Figura 87 Área Externa (espaço pet)



Figura 88 Fachada Frontal



Figura 89 cozinha



Figura 90 Vista áerea.

ANEXO III · NÚMEROS DE EMERGÊNCIA

Defesa Civil Municipal - Claudia	**(66) 9 9998-7082**
Corpo de Bombeiros Militar	**193**
Polícia M. Plantão Viatura (emergência 01)	**(66) 99965-4544**
1º Sgto PM Ecson J. Ferreira (emergência 02)	**(66) 99607-9363**
Polícia Judiciária Civil	**197**
Polícia Rodoviária Federal	**191**

ANEXO IV · LEITOS EM HOSPITAIS

HOSPITAL DONA NILZA DE OLIVEIRA PIPINO (PÚBLICO)

Endereço: Av. Eurico Gaspar Dutra dutra nº 594 - MT,
Coordenadas: 11°51'67,14" S, 54.°88'85,8" W
Responsável: Diretorª Administrativo



Figura 91 · Fonte: COMPDEC

CAPACIDADE DE LEITOS

18

Leitos Totais
Cirúrgicos: 0 · Obstétricos: 0 · Pediátricos: 03

Observação: A unidade possui 18 leitos cadastrados no CNES destinados a internação.

Observ. Masc: 07
Observ. Fem.: 07
Estabilização: 03
Boxes de Emergência: 02

ESTRUTURA DISPONÍVEL
Sala de Emergência · Raio-X ·
Oxigênio disponível
Fármacia Interna · Laboratório

Tipos de Soro Disponíveis:
Soro antibotrópico (Jararaca)
Soro anticrotálico (Cascavel)
Soro antiaracnídico (Aranha)
Soro antiescorpiônico (Escorpião)

Destaque: Polo de referência para o tratamento com soro antiofídico Hospital Regional de Sorriso.

ANEXO V · GUIA DE SOBREVIVÊNCIA

ORIENTAÇÕES À POPULAÇÃO

Risco de Erosão e Deslizamento de Solo

Monitore o terreno: Fique atento se o muro do vizinho começou a trincar ou se o portão começou a prender. Saia de casa imediatamente se ouvir estalos ou sons de terra caindo. Verifique se as calhas e canos estão jogando a água da chuva longe do barranco.

Não tente remover a terra do deslizamento por conta própria. Não permita que crianças brinquem no morro: O sobe e desce constante
compacta o solo de forma irregular e pode causar pequenos desmoronamentos. Não jogue lixo ou entulho no barranco.

Risco de Enxurradas, Alagamentos e Inundações

Eleve móveis e proteja documentos em sacos plásticos. Desconecte aparelhos eletrônicos da tomada. Se o nível subir muito, procure abrigo no ponto mais alto da região.

Não tente atravessar ruas alagadas (a força da água engana). Não deixe as crianças brincarem na água (risco de doenças e bueiros abertos). Não pare o carro embaixo de árvores ou redes elétricas.

Risco de Incêndio Florestal

Mantenha a distância: Afaste-se na direção contrária ao vento e procure áreas sem vegetação. Proteja a respiração: Use um lenço ou máscara úmida sobre o nariz e a boca se houver muita fumaça. Avise os vizinhos: Certifique-se de que todos ao redor saibam do perigo, especialmente idosos. Não tente apagar o fogo sozinho: Incêndios em mata mudam de direção rápido e são perigosos. Não jogue bitucas de cigarro: Ou qualquer material inflamável na beira de estradas e matas. Não queime lixo ou pasto: Especialmente em períodos de seca e ventos fortes.

Regras de Ouro para Qualquer Desastre

Mantenha a Calma e Avalie (Pare e Pense) O pânico é o maior inimigo em uma emergência. Ele impede o raciocínio claro e leva a decisões precipitadas. Siga Apenas Fontes Oficiais (Não Espalhe Boatos) Em desastres, informações falsas (fake news) circulam rapidamente e podem causar tragédias secundárias. Evacue Imediatamente se Ordenado (A Vida Primeiro) Bens materiais podem ser recuperados; vidas não. Se a autoridade pedir para sair, saia. Tenha uma “mochila de emergência” pronta. Evite Áreas de Risco e Curiosos (Não se Exponha) Não tente ser um herói ou um espectador. Áreas de desastre são instáveis. Ajude se Puder, sem se Arriscar (Solidariedade Segura) A primeira resposta geralmente vem dos vizinhos, mas a ajuda deve ser consciente.

Mochila de Emergência: recomenda-se que toda família mantenha preparada uma mochila contendo água potável, alimentos não perecíveis, documentos pessoais, lanterna, pilhas, medicamentos de uso contínuo e itens de higiene. Em situações de risco, o acesso rápido a esses itens é fundamental para a preservação da vida e segurança.

Construir uma cidade segura é um trabalho coletivo

Mais do que um guia, este documento representa nosso compromisso em proteger vidas e o futuro da nossa terra.

DEFESA CIVIL: unindo forças por Cláudia

